

CATHERINE LARRÈRE
RAPHAËL LARRÈRE

Do Bom Uso da Natureza

*Para uma filosofia
do meio ambiente*



INSTITUTO

Título original: Du Bon Usage de la Nature

Autores: Catherine Larrère e Raphaël Larrère

© Aubier, Paris, 1997

Direitos reservados para Portugal:

INSTITUTO PIAGET

Av. João Paulo II, lote 544, 2.º – 1900-726 Lisboa

Telef. 21 837 17 25

E-mail: piaget.editora@mail.telepac.pt

Colecção: Perspectivas Ecológicas, sob a direcção de António Oliveira Cruz

Tradução: Armando Pereira da Silva

Capa: Dorindo Carvalho

Paginação: LM

Montagem, impressão e acabamento: Stória Editores, Lda.

Depósito legal: 146 179/00

ISBN: 972-771-274-6

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor.

Introdução

O que é a crise ambiental? Uma enorme quantidade de danos precisos, de poluições localizadas, de perigos identificados, mas também catástrofes exemplares (Seveso, Bhopal, Chernobyl, a «morte do mar de Aral», as «marés negras») e mesmo a provável ameaça que paira sobre os nossos recursos (erosão da diversidade biológica, desflorestação das regiões tropicais) ou sobre a nossa vida (buraco na camada de ozono, efeito de estufa, etc.). A Cimeira da Terra, reunida no Rio de Janeiro em Junho de 1992, foi o reconhecimento oficial de que a crise existe e tem uma dimensão planetária. Todos os países do mundo estiveram representados na Cimeira, tanto pelos seus Estados como pelas Organizações Não Governamentais. Não há dúvida que os resultados foram frustrantes: tomaram-se poucas decisões que permitam levar à prática políticas eficazes de protecção da natureza e de prevenção dos riscos. Mas o próprio facto de a Cimeira se ter realizado prova que a crise ambiental se tornou motivo de uma preocupação comum e de um debate público.

Tudo isso suscitou críticas e oposições. Enquanto se reunia a Cimeira da Terra, o «apelo de Heidelberg», autenticado com a assinatura de prestigiados cientistas, atirava para o irracional toda a veleidade de limitar a nossa intervenção técnica, toda a tentativa de reconsiderar as nossas relações com a natureza: «Afirmamos a vontade

de contribuir plenamente para a preservação da nossa herança comum, a Terra. Contudo, preocupa-nos assistir, à vista do século XXI, à emergência de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico e industrial e prejudica o desenvolvimento económico e social¹.» Mas outros cientistas respondiam que as Luzes tinham mudado de campo. As ciências, seguras de si mesmas, tornaram-se conservadoras e opõem-se aos progressos do conhecimento. Foram justamente os desenvolvimentos mais recentes do saber, não dos pavoros irracionais ou dos fantasmas colectivos, que «contribuíram para a tomada de consciência sobre as ameaças globais ao meio ambiente».

Quer apelem à nossa responsabilidade perante as gerações futuras ou em face da natureza, todos estão de acordo quanto à dimensão moral desta tomada de consciência. A Carta da Natureza das Nações Unidas proclama «que toda a forma de vida é única e merece respeito, independentemente do valor que tem para o homem». Este é mais um dos aspectos em que nem toda a gente está de acordo. Em A Nova Ordem Ecológica², Luc Ferry defendeu com virulência a ideia de que o homem, ser de «antinatura», afirma a sua moralidade subtraindo-se a uma natureza definitivamente alheia a toda a consideração moral e cujo estatuto é tão-só o de um meio submetido aos fins humanos. Assemelhou qualquer outra posição – como a que atribui à natureza um valor intrínseco – a uma irracionalidade perigosa, tanto para o saber como para a liberdade. Remontando da política nazi de protecção da natureza (a Naturschutz, anterior à chegada dos nazis ao poder, mas por eles mantida³) à filosofia romântica alemã, Ferry assimilava, num mesmo anti-humanismo cheio de ameaças fascistas, a deep ecology⁴, o ambientalismo americano⁵, Michel Serres⁶, apresentado como o importador em França das suas ideias, e as teses de Hans Jonas⁷, acusado de preconizar soluções autoritárias, que o mesmo é dizer totalitárias, para os perigos provocados pelo desenvolvimento da técnica⁸.

É verdade que, ao mesmo tempo, Luc Ferry tentava mostrar que temos para com a natureza obrigações indirectas relacionadas com as significações simbólicas do seu valor estético. De resto, é a conciliação que tende a impor-se: os livros mais recentes sobre a questão moderam

o conflito, mostram uma posição equidistante entre humanistas anti-natureza e deep ecologists, e defendem uma atitude responsável de respeito pela natureza⁹. Admite-se agora com toda a naturalidade que as nossas relações com a natureza não dependem unicamente de capacidades técnicas, mas envolvem normas éticas.

Continua em causa o próprio estatuto do que está em crise. Quando o meio ambiente aparece, a acreditar em François Ewald, a natureza desaparece¹⁰: a crise significaria o fim da natureza¹¹. A natureza já não existe, a terra é cada vez mais um fabrico nosso. Em suma, teríamos realizado tão bem a ambição cartesiana que estamos aqui não «como», mas verdadeiramente «donos e senhores da natureza». É aliás por isso que dela somos responsáveis: a natureza como matéria exterior e neutra da qual podemos fazer o que quisermos, e a respeito da qual não tínhamos nenhuma responsabilidade, já não existe. Ela é a nossa obra, nela pusemos a nossa vontade, está em nosso poder, e dela somos responsáveis perante as futuras gerações. A crise marcaria, assim, a consumação da modernidade¹².

A tese do fim da natureza é a tese da sua completa inteligibilidade. Há quem afirme ter decifrado o genoma humano. «Já não há mistério», diz-se, confundindo o ainda não conhecido e o irracional. Como se dizer que a natureza ainda existe significasse querer guardar-lhe o seu segredo, o seu sagrado: atitude, claro está, obscurantista e religiosa. Mas a questão não é essa: é simplesmente que nós não sabemos tudo, e devemos ter isso em conta. Quanto mais sabemos, mais se revelam a complexidade do mundo e a imensidade do que continuamos a ignorar. Afirmar o fim da natureza é uma tese perigosa, porque não deixa que se tenha em conta a insuficiência, no entanto previsível, dos nossos conhecimentos.

A tese do fim da natureza é a tese segundo a qual ela está completamente dominada. Tudo o que nos rodeia e do qual a nossa vida depende tem a marca das actividades técnicas do homem: as florestas, a valorização dos campos, as cidades, os veículos, os objectos que utilizamos diariamente e que nos ligam a vastas redes de infra-estruturas. Certo, mas, a exemplo do que fazem a agricultura e a silvicultura, a industrialização e a urbanização não interrompem os processos naturais: provocam a sua inflexão. Mais, à artificialização

da natureza corresponde a naturalização dos nossos artificios. Quantos objectos, produtos e subprodutos, fogem ao nosso controlo? Resíduos, gases de escape das viaturas, fumos de fábricas, nitratos e pesticidas espalhados nas terras, todos estes efluentes, todos estes objectos abandonados têm um futuro natural que não controlamos. Não há tecnoesfera, mas uma tecnonatureza, que engloba as nossas obras: as que construímos com os processos naturais e as que nos abandonam e cujo futuro natural escapa à nossa guarda.

Uma natureza em vias de desaparecimento por motivo de artificialização? Transformada em gigantesca e complexa máquina? Certamente que houve essa ambição. Evocando a energia electro-nuclear, François Dagognet escreve que «nunca a sociedade técnica obteve tal êxito nem soube criar um universo coerente, organizado, por via do qual ela se autonomiza». Uma prova dessa aptidão é, segundo ele, o supergerador Super-Phénix: economia da reciclagem e balanço neutrónico positivo mostrariam que «é a natureza que desperdiça e não o industrial. O sol e as estrelas – também eles, não o esqueçamos, imensos braseiros radioactivos que se mantêm a si próprios – não calculam, mas o Prometeu que lhes roubou o fogo explora-o, torna-o lucrativo e sujeita-o ao seu controlo¹³». Neste dia de finais de 1996, quando escrevemos estas linhas, Le Monde titula na primeira página: «A paragem da central Super-Phénix marca o fracasso do super-gerador.»

Outro exemplo. A zootecnia contemporânea tratou as vacas como máquinas animais. Não como relógios, no sentido de Descartes, mas como máquinas termodinâmicas, dotadas de mecanismos de auto-regulação, máquinas cibernéticas. Procura-se melhorar o seu rendimento energético, tende-se a maximizar a eficácia de todas as suas funções (nutrição, crescimento, reprodução). Em laboratório, não se limitam a contabilizar os fluxos, desmontam a máquina para analisar os seus mecanismos, para desvendar os seus dispositivos de controlo. Seguiu-se um modelo de produção inspirado nos protótipos de criação experimentados pelos cientistas. No entanto, a criação de gado, mesmo quando é «científica», integra-se num conjunto mais vasto onde continuam em acção processos naturais, os circuitos de reciclagem dos efluentes (nitratos, metano) e os subprodutos (carcaças)

não são circuitos artificiais de fácil controlo. A ideia de usar os subprodutos do matadouro e do esquartejamento na alimentação animal (utilizam-se também os cornos e o sangue como adubos) parecia sedutora: esta podia permitir que se controlasse um processo de reciclagem que dificilmente se poderia realizar naturalmente, tendo em conta a concentração dos matadouros. Mas, ao reciclar as proteínas, disseminaram-se os priões. Aos milhares, as vacas britânicas ficaram «loucas» e, num contexto de liberalização das trocas e de desregulamentação, não se sabe a amplitude exacta da epizootia. Conhece-se a existência dos priões, mas não se lhes atribuiu nenhum interesse, pelo que o conhecimento que deles havia tinha muitas lacunas. Não se imaginava que pudessem vencer as barreiras de espécies. É hoje evidente que essa hipótese era apenas uma crença.

Em resumo, a história das «vacas loucas» mostra exemplarmente que a natureza continua a existir e que o problema não é a sua falta, mas o facto de termos feito como se ela não existisse, como se só existissem máquinas. As vacas não são máquinas: uma máquina gripa, avaria, repara-se, está ultrapassada ou vai para o ferro velho. Nunca fica «louca».

Se a natureza já não existisse, aquilo a que chamamos ainda natureza mais não seria do que uma representação social, imagem nostálgica de um mundo que perdemos por o termos transformado e submetido à nossa vontade. É do interior da sociedade que apreendemos a natureza. E não há dúvida que toda a crise, seja qual for a sua proveniência, mobiliza um imaginário social. É por isso que, desde a nuvem de Chernobyl ao caso do sangue contaminado e à eventual transmissão ao homem da doença das vacas loucas, há elementos comuns na maneira como os poderes públicos, os peritos e a população apreenderam esses diversos problemas. Isso não impede que as radiações atómicas, o vírus da sida ou os priões existam: a encefalopatia espongiforme bovina não é um ataque de delírio colectivo. Ora esta forma de eliminar a natureza no interior da sociedade, para a qual propomos o nome «sociocentrismo», pode fazer esquecer tais evidências. Trata-se a questão das vacas loucas como se se tratasse de tranquilizar a opinião pública, de acalmar aquilo que se diz ser o medo irracional dos consumidores. Há uma menor mobilização para

afastar as ameaças do que para impedir a derrocada da procura de carne, num contexto em que ela tende a declinar. Conjuram-se muito mais os receios do que se avaliam objectivamente os perigos. É nisso que a ideia do fim da natureza é irracional e o sociocentrismo perigoso.

A ideia do fim da natureza é manifestamente falsa. Ela assenta, contudo, numa constatação justa. Se entendermos por natureza o que nos é radicalmente exterior, ela deixou de existir. A «Constituição moderna», segundo a expressão de Michel Serres ou de Bruno Latour¹⁴, faz uma divisão que redistribui o que nos é dado segundo os dois pólos do natural e do artificial (ou do cultural). Já não podemos fazer essa partilha, já só encontramos «objectos híbridos» (mistos de natureza e de cultura). A própria crise ambiental é um objecto híbrido. Pois o que são o buraco na camada de ozono, o efeito de estufa ou as chuvas ácidas, sem falar de todas as outras poluições, senão «objectos híbridos», simultaneamente muito naturais (regulados por uma necessidade que nos é exterior e que não conseguimos dominar) e muito artificiais (o resultado da nossa acção sobre o meio)? O que actualmente entendemos por natureza não é o universo inteiro, mas a Terra à qual nos une uma história comum. Porque, se a revolução copernicana permitiu considerar o globo terrestre como um planeta entre os outros, um objecto natural, o que dele sabemos agora faz com que apreendamos a sua singularidade e saibamos até que ponto somos o resultado da nossa co-evolução com as outras espécies e o conjunto da biosfera.

A natureza, enquanto exterioridade radical, está com certeza morta. No lugar da separação que evocava dois tipos de inteligibilidade heterogêneos, segundo a natureza e segundo a história, temos agora os meios para adoptar um percurso contínuo, o da interacção do natural e do social. Declarar o fim da natureza é considerar que a única concepção possível da natureza era a que implicava uma tal partilha. «A natureza morreu, viva a natureza!», apetece-nos responder, como Baird Callicott¹⁵. A prescrição de uma concepção da natureza (a da modernidade) não implica que não haja substituição possível, que não se possa recompor uma nova visão da natureza.

Nas acusações feitas aos ambientalistas, nunca se levantou a questão de saber se eles tinham um interesse sério pela natureza, se

apoiavam esse interesse num saber. Considerou-se sem mais que a sua maneira de falar da natureza era tão-só uma forma de atacar a humanidade. É verdade que certos militantes do ecologismo têm discursos misantrópicos, e é inegável que aquilo a que se chama «naturalismo» foi muitas vezes apenas uma maneira de impor como necessidade natural o arbítrio de um poder, ou a imoralidade de um desejo egoísta. Mas será que esse é o único naturalismo possível? Será que todo o naturalismo é necessariamente anti-humanista?

Com Calicles, Platão deu-nos a figura arquétipa desse naturalismo imoral, mais preocupado com o facto de se justificar, em nome de uma representação da natureza, do que em conhecê-la. No *Timeu* e em *As Leis*, opõe-lhe também uma outra visão da natureza, na qual a humanidade pode ter o seu lugar. A concepção grega da natureza soube associar uma teoria física (cuja racionalidade é reconhecida) e uma ética. Soube conciliar naturalismo e humanismo. É por isso que ela nos interessa, dado que as nossas preocupações actuais, tão científicas como práticas, levam-nos a procurar uma solução desse tipo. Neste sentido, talvez estejamos mais próximos dos Gregos que dos Modernos. Sendo assim, a questão já não é: deveremos contentar-nos com a modernidade? Passa a ser: dependeremos ainda tanto dela que deveríamos conservar a exterioridade que ela atribui ao homem relativamente à natureza? Será que as transformações contemporâneas das ciências da natureza nos impedem de ver que o homem faz parte dela? Não poderemos, por esse facto, voltar a conciliar humanismo e naturalismo? Significa isto que não só temos necessidade, para determinar as nossas relações com a natureza, de elaborar normas éticas, mas que precisamos igualmente de reflectir sobre a nossa visão da natureza, aquela que corresponde ao estado actual do conhecimento.

Mas a concepção de uma natureza-objecto, exterior ao homem, e da qual ele se separou ao instrumentalizá-la, esgotará verdadeiramente a concepção moderna da natureza? E se a modernidade não tivesse sido exactamente o que se diz que ela foi? Admitiu-se a ideia de uma natureza criada primeiro por Deus (é o momento moderno), e depois tornada artefacto do homem (este seria o momento do seu acabamento). Não há dúvida que a filosofia moderna privilegiou esta concepção de

uma natureza artefacto (que aliás encontrou em Platão). Mas não se enuncia aí toda a ideia moderna de natureza. A natura naturata (a natureza artefacto) apoia-se na existência de uma natureza-processo, de uma natura naturans, cuja ideia vem igualmente dos Gregos. Só pode haver artefactos porque há processos para os manter. Estamos contidos na natureza, nós e as nossas obras, e é por isso que continuamos a existir. A cultura não é senão uma natureza cultivada, cuidada por esse produto da natureza que é o homem: se a natureza morrer, morrerá também a cultura e todos os seus artefactos¹⁶.

Se Galileu funda a mecânica clássica, se Descartes revela a sua ontologia, a concepção moderna da natureza não se reduz a essa natura naturata, previsível porque obedece a leis eternas, porque é infinita repetição do mesmo. É também na demanda sobre as formas e processos da vida, nessa história natural que mobiliza os melhores espíritos da idade clássica, que se apreende a natureza dos Modernos. Uma natura naturans que é a própria diversidade. Aquela de que Darwin dará conta numa teoria da evolução que evita ao mesmo tempo o mecanismo determinista e o finalismo. Uma natureza-processo que a ecologia contemporânea continua a tentar explicar. Nunca acabaremos com essa natureza. Primeiro porque, reconhece-o o próprio François Dagognet – por mais hostil que ele seja ao conceito de natureza –, ela nunca deixará de nos surpreender pela multiplicidade dos seus processos. Depois, porque nunca conseguiremos mais do que um domínio, conceptual e técnico, parcial sobre ela. Finalmente, porque os desenvolvimentos da ciência contemporânea (e em particular os da ecologia) nos lembram que somos parte da natureza, que nela participamos com o nosso corpo, que somos os seus habitantes e que as nossas obras técnicas estão incluídas nela.

Por não se ter interrogado a visão moderna da natureza, dramatizou-se o conflito entre defensores da humanidade e protectores da natureza. Se a natureza é exterior ao homem, a intervenção, a própria presença deste último naquela é necessariamente perturbadora. A concepção – longamente dominante – da preservação de uma natureza selvagem ou virgem, não perturbada pela intervenção humana, é o exacto negativo da concepção moderna de uma natureza que se domina, destruindo-a. Contudo, enquanto a partilha tiver um

sentido, é possível manter um equilíbrio entre espaços naturais e mundo antropizado: existe, deste ponto de vista, uma política moderna da natureza, que preserva extensões mais ou menos vastas de qualquer intervenção produtiva, que só admite os homens na condição de visitantes temporários. Mas, logo que a exterioridade é posta em causa, logo que se tenta proteger, dessa forma, uma natureza já antropizada, uma tal política de preservação surge como uma vontade de fazer recuar novamente a humanidade. O conflito é inevitável.

Se o homem faz parte da natureza, não há razões para dramatizar. Não há que escolher entre a natureza e o homem. Podem ser ambos protegidos, é possível ligar a preservação da diversidade biológica, por exemplo, à defesa da diversidade cultural. Sobretudo se o homem está na natureza, é da natureza, a sua acção não é necessariamente perturbadora, pode mesmo ser benéfica. Descobre-se então que o problema não é ser pró ou contra a técnica, como se fosse possível renunciar à acção técnica. Como se pudéssemos voltar «a viver na floresta» não só «com os ursos» – esse retorno ao estado de natureza que Rousseau diz ser impossível –, mas como eles. O problema é outro: quer a técnica seja fruste ou sofisticada, quer seja aplicada individual ou colectivamente, é preciso que, ao aplicá-la, se faça dela o melhor uso. O «bom uso» é uma ideia muito velha que encontramos por exemplo em Aristóteles. Encontramo-la igualmente no Génesis, onde se diz que Deus confiou a terra aos homens, como um bem comum, para que a usem e cuidem dela. A modernidade não eliminou essa ideia, que está presente num dos primeiros textos políticos que fixam as nossas relações com a natureza: os decretos de Colbert sobre o «bom uso» das florestas do reino.

Ora é este regresso ao bom uso que está presente na preocupação ética das práticas ambientais actuais. Estas implicam que a técnica não basta para corrigir os efeitos perversos da técnica, a qual deve ser usada com prudência. Somos responsáveis pela maneira como usamos a natureza. Considera-se, em geral, que esta responsabilidade concerne as gerações futuras e nos obriga a ter em conta a forma como os nossos actos presentes comprometem o futuro. Mas a preocupação com as gerações futuras não nos dá nenhum esquema capaz de guiar as nossas acções. Que sabemos nós das aspirações e dos interesses das pessoas

em nascer? Não correremos o risco de projectar nelas as nossas próprias aspirações e interesses, limitando assim a sua liberdade de escolha? Nesse bom uso reduzido à preocupação com as gerações futuras, continuamos prisioneiros de uma concepção centrada unicamente na contemplação das nossas necessidades. Ora nós sabemos que, para fazer bom uso de uma floresta (por exemplo), não basta que nos limitemos à renovação dos recursos úteis ao homem. Não basta geri-la como um povoamento de árvores ou como um território de caça. Há que ter em conta as relações entre tudo o que lhe permite renovar-se. Há que considerar toda a floresta como um conjunto complexo de ecossistemas, cujas faculdades de adaptação devemos preservar. Porque a floresta deverá necessariamente adaptar-se às modificações do seu contexto, com as quais ela será confrontada (novos condicionalismos de meio ambiente, novas necessidades expressas pela sociedade).

Falar de bom uso é dizer que não podemos utilizar simplesmente a natureza, mas que devemos determinar os critérios do seu uso. A crise ambiental reafirmou a importância da avaliação. Para isso mobilizaram-se as disciplinas tradicionalmente normativas, o direito, a economia, aplicadas a novos objectos: procurou-se definir o «património comum», a sociedade interrogou-se sobre a patenteabilidade do ser vivo, tentou-se «internalizar as externalidades» (atribuir um valor fictício às bases ambientais de certas actividades técnicas). Surgiram novas formas de avaliação, visando atribuir aos elementos naturais um «valor intrínseco» que não seja redutível a um valor instrumental ou económico. Mais radicalmente, pôs-se a questão de uma mudança dos nossos comportamentos, de uma nova ética de respeito ou de responsabilidade perante a natureza. Ora esta dimensão normativa, esta procura de uma ética, devem guiar-se por uma visão da natureza, cientificamente informada. O problema não é tanto atribuir um valor à natureza, mas compreender até que ponto a nossa visão da natureza regula os nossos comportamentos. Mudar estes últimos não depende unicamente de uma reflexão ética (sobre a liberdade, a vontade ou as virtudes), mas obriga-nos a precisar a nossa concepção da natureza.

A filosofia natural precedeu sempre, e modelou, a nossa filosofia moral. Se há uma ligação tão íntima entre a nossa visão (essencialmente informada pela ciência) da natureza e a relação ética que mantemos com ela, isso acontece porque conhecer a natureza é antes de mais situar-se relativamente a ela. Esquemáticamente, pode-se estar dentro ou fora. Quando se está dentro, pode-se escolher estar no centro ou não. Pode-se por isso definir três posições diferentes: a que coloca o homem, microcosmo no macrocosmo, no centro da natureza, em posição de observação. A que põe o homem no exterior da natureza, em posição de experimentação e de controlo. A que reinscreve o homem na natureza, sem posição privilegiada, e que o considera um «companheiro de viagem das outras espécies na odisseia da evolução»¹⁷. Estas três visões apareceram sucessivamente. A primeira é tipicamente grega¹⁸. A segunda é incontestavelmente moderna: separa o sujeito e o objecto, abrindo a possibilidade de um controlo experimental e técnico. A terceira, finalmente, é a mais recente: insiste na nossa pertença à natureza, insere nessa pertença tanto a relação de conhecimento como a técnica.

Temos portanto de voltar à questão do bom uso. Não ao dos Gregos, forma de prudência antropocêntrica e que se manteve na época moderna, mesmo para lá da revolução industrial. O bom uso dos nossos dias deve ser ecocentrado. Por isso é que nos é necessária uma visão objectiva da natureza, informada pela ciência. Ao rejeitar o geocentrismo, a modernidade, do ponto de vista do conhecimento, descentrou-se: o universo já não tem centro, a Terra é um planeta entre outros, onde o homem não ocupa um lugar central. Devemos acomodar a nossa situação ética a este primeiro descentrar teórico. Devemos finalmente retirar as consequências do facto desse homem não ter sido feito à imagem de Deus, mas evoluir numa interacção com todas as outras espécies com as quais é aparentado.

Trata-se pois de reexaminar a nossa visão da natureza. É por isso que não dispensamos os Gregos, para melhor compreender como foi possível haver entre eles um naturalismo científico, como conseguiram ligar a física e a ética. É por isso que se nos torna necessário estudar a modernidade, para compreender como se fez a divisão entre física e ética, entre natureza e humanismo, e saber se é essa ainda a nossa

herança. É por isso que precisamos de interrogar as tendências actuais do conhecimento da natureza, para saber se é possível recompor uma nova visão.

Este livro aposta na possibilidade de ser fecundo associar um esforço conceptual filosófico a uma reflexão sobre saberes positivos e práticas empíricas. Daí as duas vertentes deste estudo. Na primeira parte, um estudo das três grandes visões da natureza mostra que elas não se caracterizam unicamente pela oposição do mecanismo ao finalismo. Dos Gregos aos nossos dias, encontramos a continuidade de uma natureza-processo (*natura naturans*), da qual se distingue uma natureza-artefacto (*natura naturata*) privilegiada pela modernidade, mas à qual esta última pode ser reduzida. Enquanto se pensar que a única escolha é entre uma natureza mecânica e neutra e uma natureza finalizada e religiosa, estar-se-á convencido de que a crítica da instrumentalização da natureza expõe a atitudes irracionais. A partir do momento em que nos dermos conta de que a natureza-artefacto só pode existir porque existe uma natureza-processo, obteremos os meios de compreender as nossas relações com a natureza e de as recompor na situação actual.

Uma segunda parte examina o que foi e o que pode vir a ser uma elaboração política das nossas relações com a natureza, tanto com a natureza-processo como com os efeitos de retorno das nossas acções técnicas. Aí estudamos a política moderna de protecção da natureza e de prevenção dos riscos, longamente dominante, e as correcções que, devido à crise ambiental, foi necessário fazer. A solução moderna para os problemas de meio ambiente surge como uma forma de aliar ciência e política, ao mesmo tempo que as correcções feitas fazem intervir dimensões éticas: uma vai procurar do lado da prudência e da responsabilidade e pode considerar-se como um regresso aos Gregos e ao seu bom uso antropocentrado; a outra apoia-se numa ética da inserção do homem na natureza: de acordo com os desenvolvimentos recentes da ecologia, ela visa um bom uso ecocentrado. Se estas duas soluções forem possíveis, é porque nós nunca fomos completamente modernos. É porque as políticas modernas continuavam o bom uso que hoje nos podemos interrogar sobre a nossa responsabilidade para com as gerações futuras e recuperar, pelo

princípio de precaução, a prudência antiga. É porque essas políticas eram obrigadas a pôr em causa a exterioridade do homem e da natureza que podemos imaginar um bom uso ecocentrado e partir à procura de um novo naturalismo.

Notas

- 1 Ver o anexo do livro de Dominique Lecourt, *Contre la peur, suivi de Critique de l'appel de Heidelberg*, Hachette, «Pluriel», 2.^a ed. 1993. – *Les Cahiers de «Global Change»*, nº 1/1992, publicaram um dossier sobre «as reacções a Heidelberg».
- 2 Luc Ferry, *Le Nouvel Ordre écologique*, Grasset, 1992.
- 3 Cf. Robert A. Pois, *La Religion de la nature et le national-socialisme* (trad. fr.), Ed. du Cerf, 1993.
- 4 Os principais teóricos da *deep ecology* são um norueguês, Arne Naess, e um australiano, Warwick Fox, que desenvolvem uma concepção da realização de si, na ligação com a natureza, e uma visão política claramente terceiro-mundista. Ao contrário dos ambientalistas americanos, eles não julgam necessário desenvolver uma ética ambiental.
- 5 O ambientalismo de língua inglesa considera que a solução dos problemas relativos ao meio ambiente exige a elaboração e a aplicação de uma ética ambiental coerente. É atravessado por um debate que opõe os defensores de um utilitarismo antropocentrista, alargado à tomada em consideração das gerações futuras, aos promotores de uma ética biocentrista, que atribuem um valor intrínseco a toda a forma de vida e aos que, na esteira de Aldo Leopold, defendem uma ética ecocentrada. – Cf. sobre esta ética ambiental C. Larrère, *Les Philosophies de l'environnement*, PUF, 1997.
- 6 Michel Serres, *Le Contrat naturel*, Champs-Flammarion, 1992 (1.^a ed. François Bourin, 1990).
- 7 Hans Jonas, *Le Principe Responsabilité* (trad. fr.), Ed. du Cerf, 1990.
- 8 No seu livro, *Landscape and Memory*, Londres, Harpers-Collins Publishers, 1996, Simon Schama, que faz uma referência positiva ao livro de Ferry, denuncia no entanto (p. 199) o «silogismo obsceno» que consiste em

afirmar que o ambientalismo actual teria alguma «relação de parentesco histórico» com o totalitarismo. Lembra que nos Estados Unidos a *wilderness* sempre foi um emblema da democracia e que os movimentos verdes europeus, especialmente os alemães, têm uma clara tendência de esquerda.

- 9 Por exemplo François Ost, *La Nature hors la loi*, La Découverte, 1996, ou Augustin Berque, *Êtres humains sur la terre*, Gallimard, 1996.
- 10 François Ewald, «A peritagem, uma ilusão necessária», in *La Terre outragée. Les experts sont formels, Autrement*, n.º 1, Janeiro de 1992, pp. 207 e 208.
- 11 Bill McKibben, *The End of Nature*, Random House, Nova Iorque, 1988.
- 12 No seu último livro, *L'Homme artificie* (publicado pelo Instituto Piaget com o título *O Homem Artificio*) (Gallimard, 1996), Dominique Bourg modera as suas afirmações precedentes. A artificialização completa é impossível. Mas a ideia continua a ser a mesma: o nosso poder é a medida da nossa responsabilidade.
- 13 François Dagognet, *Nature*, Vrin, 1990.
- 14 Bruno Latour, *Nous n'avons jamais été modernes*, La Découverte, 1992.
- 15 J. Baird Callicott, «A natureza morreu, viva a natureza!», *Hastings Center Report*, 22, n.º 5 (1992), pp. 16-23 (trad. fr., in *Écologie politique*, Outono-Inverno de 1993).
- 16 É o que Hannah Arendt objecta a Mary McCarthy. No final de um dos seus romances (*Birds of America*, 1971), Kant, usando uma peruca empoeirada atada por uma fita cinzenta, aparece junto à cama do herói para lhe anunciar que «a natureza morreu». Hannah Arendt responde-lhe em 28 de Maio de 1971: «I want to quarrel with your opposition of nature and culture.»
- 17 Aldo Leopold, *Almanach d'un comté des sables* (*Sand County Almanach*, 1948), Aubier, 1995, p. 145.
- 18 É a de Anaxágoras que, quando um dia lhe perguntaram porque nasceu, respondeu, segundo Diógenes Laércio, «para ver o sol, a lua e as estrelas».

SEGUNDA PARTE

Introdução

«O homem resulta de tudo o que o rodeia», escrevia Rousseau¹. O mesmo é dizer que depende, está apegado e se preocupa com o seu meio ambiente: de uma maneira ou outra, tivemos sempre em atenção o meio em que vivíamos. Mas foi a partir do século XIX² que começámos deliberadamente a proteger a natureza. Esta vontade emerge tanto na América do Norte como na Europa, e desenvolve-se ao mesmo tempo que se afirma a revolução industrial. Ela resulta de uma avaliação crítica do impacte de actividades tradicionais (agricultura, pastorícia, exploração florestal, caça, pesca e colheitas) sobre os meios naturais e sobre as espécies de animais selvagens e de plantas não cultivadas. Essencialmente emitida, num primeiro tempo, por naturalistas, esta preocupação fez com que se instalasse uma política de «protecção da natureza», codificada por decisões legislativas³. Primeiro visando principalmente manter certos espaços «relictuais», ou «notáveis», ao abrigo de práticas julgadas destruidoras, essas políticas desenvolveram-se em formas mais complexas de «gestão» das populações, dos povoamentos ou dos territórios.

A natureza, que deste modo queremos proteger, é a terra e tudo o que nela cresce e vive. São também as águas continentais e oceânicas. É tudo o que pode depender, no sentido lato, de uma «geografia», de uma descrição da terra, tudo aquilo que para a agronomia, a silvicultura, a botânica, a zoologia, a hidrobiologia, a ecologia, serviu

de objecto de estudo. Num país como a França, com uma civilização rural muito antiga, é sempre uma natureza já transformada pelo homem, uma natureza «antropisada». É também uma natureza visível, sensível, uma natureza a contemplar, a admirar ou a amar. Daí a dimensão estética dessa preocupação e a importância actual da paisagem – natureza moldada pelo homem e oferecida à contemplação de todos – na abordagem dos problemas ambientais.

Um segundo conjunto de preocupações ganhou igual amplitude, no século XIX, com a revolução industrial. Menos rural, este reúne inquietações e observações de origens diversas (vindas de engenheiros, de urbanistas, de higienistas, de responsáveis pela segurança e saúde públicas) concernindo os efeitos incontrolláveis (ou perversos) das técnicas industriais e da concorrência económica, susceptíveis de provocar danos ou de representar uma ameaça para a saúde e vida dos indivíduos. As preocupações, aqui, prendem-se com as poluições difusas do ar, das águas, do solo (quer sejam de origem industrial ou agrícola); ali, os riscos que representa, para a população, a presença de estabelecimentos que armazenam, ou tratam, produtos químicos ou radioactivos. Alhures, é preocupante a produção crescente, a acumulação de lixo e detritos que não são nem biodegradáveis, nem reciclados. Mas certas reciclagens, como a das farinhas de carne ou a dos resíduos das centrais nucleares, podem também ser uma fonte de inquietações. Finalmente, é posta em evidência a localização de habitats, de instalações comerciais ou industriais e de infra-estruturas rodoviárias em zonas sujeitas a riscos «naturais» (inundações, avalanches, ondas de lama, desmoronamento de terras, sismos).

Se se considerar que um grupo humano se confronta com problemas de meio ambiente logo que as suas actividades têm consequências não intencionais sobre o que é para ele o estado do mundo – de tal maneira que se vê obrigado a apreender o contexto imprevisto que produziu e a adaptar-se-lhe –, então todas essas preocupações resultam em primeiro lugar dos problemas de meio ambiente, sendo que este último designa assim o conjunto das condições de vida das populações humanas. É certo que, como todos os artefactos, estes efeitos dos comportamentos humanos estão sujeitos aos determinismos naturais, trata-se sempre de uma questão de

natureza. Contudo, o que aqui é preocupante já não é uma natureza ameaçada, mas uma «tecnonatureza» ameaçadora. Contudo, tal como para a protecção da natureza, a ameaça está localizada, circunscrita a uma região mais ou menos extensa (paisagens naturais, zonas de risco), e, se nem sempre é visível, é pelo menos identificável.

Existe um terceiro conjunto de preocupações, mais recente: corresponde à globalização dos problemas de meio ambiente numa crise ambiental de dimensão planetária. Esta globalização tem origens diversas, que, todas elas, procederam por meio da elaboração de cenários. Economistas e geólogos, inquietos com a exploração crescente das energias fósseis e com o seu desperdício nos países industrializados, começaram por simular o esgotamento desses recursos. Era pôr em evidência que o modo de vida e de produção dos países ricos não podia generalizar-se sem provocar uma grave crise energética. Seguiram-se os demógrafos, que chegaram a prever um aumento hiperbólico, logo insustentável, da população humana. Vieram então os cenários elaborados pelos especialistas da climatologia e igualmente da física e da química da atmosfera. Uns prevêem o rompimento da camada de ozono, os outros imaginam, se o aumento constatado do teor em «gás com efeito de estufa» continuar, importantes mudanças climáticas.

Assim apresentada, a crise ambiental tende a absorver os dois registos precedentes de preocupações: os riscos planetários resultam da acumulação no tempo e da generalização no espaço das nocividades induzidas pelas actividades produtivas, e a preservação das populações, das espécies, dos meios e das paisagens funde-se num objectivo de conservação da biodiversidade, que se transforma num «objectivo planetário».

A natureza, globalmente apreendida, deste terceiro registo é a biosfera, ou a terra com T maiúsculo. É uma natureza mais abstracta. Os perigos que a ameaçam são imperceptíveis, os cenários elaborados pelos cientistas é que a «mostram». As apostas já não são locais, mas globais, e os objectivos de protecção interferem com as estratégias dos Estados e das firmas multinacionais. Revelar a dimensão global da crise ambiental é revelar ao mesmo tempo que ela concerne a humanidade inteira e a terra como um todo. Uma terra cujos recursos são limitados e cujos equilíbrios complexos (que garantem a vida) se

mostram agora frágeis. Ora é nesse sentido que hoje falamos de natureza (e não de mundo ou de universo): para designar a Terra, que de algum modo se fechou sobre nós, implicando-nos numa comum evolução no seio de um mundo outra vez cerrado.

A emergência, o desenvolvimento, e finalmente a globalização dos problemas ambientais, suscitaram duas reacções opostas. Uns, sem negarem que a valorização da natureza pode ter efeitos perversos, tendem a minimizá-los e confiam no desenvolvimento das ciências e das técnicas para lhes dar remédio. Os outros acham que é preciso reconsiderar a maneira como, desde os tempos modernos, instrumentalizámos a natureza. Pedem uma limitação da nossa capacidade técnica. Os primeiros negam a existência de uma crise ambiental e, não vendo nas preocupações dos segundos senão medos «irracionais», denunciam um ecologismo retrógrado (porque seria hostil ao progresso das ciências e das técnicas) e anti-humanista (porque ignoraria o facto de só no homem haver valor). Os segundos, afirmando que a crise ecológica não é um fantasma, identificam o perigo na apropriação económica da natureza e desacreditam a ilusão da onipotência de que os defensores da modernidade seriam as vítimas⁴.

Posta ao serviço de um elogio da artificialidade ou de um elogio fúnebre da natureza, a tese do fim da natureza apoia-se assim numa convicção comum aos advogados e aos acusadores: a modernidade teria destruído a natureza. É esta certeza que entendemos pôr em causa. A modernidade contém uma visão coerente da natureza, que não se reduz à da natura naturata. Desta concepção não resulta automaticamente a sua neutralidade, que faria dela um simples reservatório de recursos para as actividades humanas e um depósito para os seus resíduos. Da modernidade pode, ao invés, deduzir-se uma afirmação moral de respeitar a natura naturans como uma harmonia exterior ao homem e que não tem necessidade dele para existir. Desde que deixemos assim de assimilar a modernidade à afirmação de uma vontade e de um poder hiperbólicos, descobriremos que na sua visão da natureza (a de processos em equilíbrio), tal como na divisão que ela estabelece entre natureza e sociedade, há razões para conceber uma empresa que insiste certamente na transformação e na exploração da natureza, mas que se preocupa com a sua protecção.

Há na concepção moderna uma natureza para proteger (quer seja a natureza pouco antropizada da wilderness ou a natureza sensível das paisagens). Há uma maneira moderna e construtivista de conceber os riscos e de os gerir. Sob a invocação do Rousseau do segundo Discurso, podemos propor acções que visam proteger, ou restaurar, equilíbrios naturais perturbados pela acção humana. Mas pode-se igualmente propor, sob a invocação de Rousseau, o da Carta a Voltaire, um outro tipo de comportamentos de defesa. Após o terramoto em Lisboa, Rousseau lembra aos seus concidadãos que não é porque se constroem cidades que elas ficam ao abrigo das forças naturais. Os homens continuam a estar expostos aos perigos vindos da natureza e muitas vezes dos seus próprios actos: certas formas de comandar a natureza têm efeitos prejudiciais.

Toda a política ambiental é de inspiração moderna, mas nunca o foi totalmente. Se insistir na dimensão técnica das nossas intervenções, se se realizar no confronto do cientista (que faz um diagnóstico) com o político (que decide, após deliberação), ela mantém os laços com a posse, o «bom uso» da natureza⁵. Quer se trate de preservar a natura naturans ou de prevenir os homens dos perigos que os ameaçam, a modernidade não rompeu com a prudência, essa virtude grega atenta à singularidade das situações. Mais ainda, por meio do efeito conjunto da sua extensão, dos desenvolvimentos do saber e da globalização da crise ambiental, ela sai inevitavelmente do quadro conceptual da modernidade.

Da protecção de espécies e de espaços selvagens à de paisagens, associando aos meios selvagens parcelas agrícolas, edifícios e infra-estruturas, a divisão entre natureza e cultura torna-se menos clara: o que se protege é um objecto híbrido, e não se pode consegui-lo sem reinscrever o homem, as suas produções e as suas construções, na natureza. A protecção contra avalanches, incêndios florestais ou poluições industriais e agrícolas leva irresistivelmente a preocupar-se conjuntamente com os processos naturais e actividades técnicas que interferem com eles: tem de se assumir o carácter híbrido da catástrofe e, por precaução, situar os homens no meio ambiente que eles produzem. Em ambos os casos, a grande divisão é posta em causa. Mas, como o quadro conceptual da modernidade não pode assumi-lo,

a confrontação entre o cientista e o político é posta no campo de dois atractivos: o autoritarismo do verdadeiro e o sociocentrismo, a política do medo e a negligência. Em qualquer dos casos, é-se levado a distinguir as actividades legítimas das que devem ser proscritas, os usos prudentes dos comportamentos irresponsáveis. Em ambos os casos, finalmente, deixa de se representar o homem como necessariamente perturbador dos equilíbrios naturais, destruidor da natureza: sob certas condições (as do bom uso), as actividades humanas, as intervenções técnicas podem ser favoráveis – ou mesmo indispensáveis – tanto à protecção da natureza como à segurança das pessoas.

Se esta evolução se produziu insensivelmente, à medida que se desenvolviam as práticas de protecção e os conhecimentos que elas implicavam, os limites da política moderna foram revelados de maneira mais brusca pela globalização da crise ambiental. Sabemos cada vez mais coisas sobre os processos ecológicos nos quais agimos e nos quais actuam os objectos híbridos da tecnonatureza. Mas a sua complexidade é tal que estamos longe de sobre ela termos um domínio conceptual suficiente para podermos antecipar a sua evolução. O que é verdade ao nível local é-o ainda mais à escala planetária. Subsiste uma grande incerteza quanto à probabilidade dos diferentes cenários de mudança climática e sobre a repartição espacial e temporal dos seus efeitos. Ignorando-se em larga medida o número de espécies que vivem na terra, não é fácil avaliar a amplitude e o ritmo de uma erosão da diversidade biológica que, com fortes razões, se podem postular. Não se sabe, finalmente, como se articulam fenómenos locais e processos globais. Qual é a incidência da criação de tal fábrica, em tal local, sobre a composição da atmosfera? Qual é o peso do desaparecimento de uma espécie endémica à escala do planeta e sobre o registo de tempo da evolução? É pois necessário, na falta de conhecimentos, apelar à prudência. Num universo incerto, ou quando se está confrontado com cenários divergentes e indecisos, não é razoável limitar-se a ser racional. Uma ética da prudência é então susceptível de evitar as decisões cujos efeitos perversos (incontroláveis e imprevistos) podem ter consequências nocivas.

Foi por isso que se tentou, a partir de finais dos anos 70, corrigir o esforço moderno de protecção da natureza e de gestão dos riscos,

pela inscrição de uma ética nos processos de decisão. Foram elaborados diferentes sistemas normativos (a partir de um princípio de responsabilidade, de um princípio de precaução, da preocupação pelas gerações futuras) que se querem ao mesmo tempo compatíveis com a concepção moderna da natureza e susceptíveis de moderar a aplicação da nossa capacidade técnica. Mas estas iniciativas foram elaboradas a partir de éticas pré-modernas, cuja inscrição no quadro conceptual da modernidade continua a ser problemática e muitas vezes controversa.

Razão pela qual é legítimo perguntar se não seria já tempo de reconhecer que saímos da modernidade, tanto pelo desenvolvimento das ciências como pelo da capacidade técnica adquirida pela humanidade. Mais do que corrigir a modernidade por meio de uma ética da responsabilidade, não seria mais correcto admitir a crise da concepção moderna de natureza? Esta atitude não procura limitar a acção nem completá-la por meio de intervenções curativas. Ela tenta elaborar uma concepção da natureza, de uma natureza de que somos parte interessada. Não entende limitar a técnica, mas orientá-la diferentemente, de maneira a respeitar essa natureza de que fazemos parte. E se não vai além de remendos incompletos, ela apoia-se na convicção razoável de que o objectivo é inventar novas formas de habitar a terra, associando uma actividade industrial a normas de comportamento reguladas sobre o estado do que sabemos dos processos da natureza. Da Antiguidade, esta concepção mantém o bom uso e a prudência; da modernidade, a injunção de saber para agir. No entanto, é um bom uso ecocentrado (e não já antropocêntrico), fundado sobre um saber que deixou de ignorar os seus limites.

- 1 J.-J. Rousseau, [A influência dos climas sobre a civilização], *Fragments politiques*, in *Oeuvres complètes*, tomo III, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, 1966, p. 530.
- 2 Ainda que se possa ver no decreto de Colbert sobre as águas e florestas o esboço de uma política de conservação da natureza. (Ver mais atrás o capítulo II).
- 3 A Lei n.º 60-708, de 22 de Julho de 1960, relativa à criação dos parques nacionais, e o decreto de aplicação de 31 de Outubro de 1961; o Decreto n.º 75-983 de 24 de Outubro de 1975, relativo aos parques regionais; e a Lei n.º 76-629, de 10 de Julho de 1976, relativa à protecção da natureza (reservas naturais, protecção das espécies).
- 4 Um sociólogo mostraria que a crise ambiental é uma construção social e que, como tal, ela é ao mesmo tempo objectiva e subjectiva. Oporia aos advogados da modernidade que os medos sociais nunca são «irracionais», mas viria em seu auxílio explicando que, se há formação de um discurso sobre a crise ambiental, é porque o mesmo exprime metaforicamente alguma coisa sobre o social.
- 5 Reconhecem-se as virtudes do bom uso, aquele que se manteve de Colbert até às políticas ambientais contemporâneas. Cf. capítulo II.

Proteger a natureza: uma tarefa moderna

No início da segunda parte do *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade*, Rousseau dramatiza o gesto pelo qual o homem se excluiu da natureza. Mas não aborda a epopeia do domínio técnico do homem sobre o mundo. Afirmar a exterioridade da natureza leva-o a conceber uma natureza onde sem dúvida esteve presente um bípede omnívoro, mas de que o homem está ausente e na qual não há nenhum fundamento para intervir. Descreve-lhe a harmonia e, se a diz moralmente neutra, nada proíbe que se induza (o que não deixará de ser feito depois dele) a necessidade de a preservar em todo o lado onde ela ainda exista. A natureza da primeira parte do *Discurso* é um estado estável, idêntico a si mesmo, sempre recomeçado. Tudo nele é equilíbrio. Nenhuma espécie está ameaçada de extinção: «A terra abandonada à sua fertilidade natural e coberta de florestas imensas que o machado nunca mutilou oferece alimentação e refúgio aos animais de toda a espécie¹.» Os animais têm forças e fraquezas que se compensam, e todas as espécies estão, perante os seus predadores, na situação em que se encontram as suas presas que, apesar do tributo pago, «não deixam de subsistir». Esta concepção da natureza e do seu equilíbrio, na falta de actividades humanas, terá a sua expressão científica, em princípios do século XX, no conceito de clímax.

A noção de clímax

A cena desenrola-se em 1986, numa casa florestal situada nos contrafortes do Aigoual. A conversa gira à volta das concepções diferentes que têm o Gabinete Nacional das Florestas e o Parque Nacional de Cévennes sobre o que deveria ser a gestão da floresta dominial. «A missão do parque é proteger a natureza. Mas o que é a natureza?» e o guarda faz o gesto de quem mostra, pela janela aberta, *a sua floresta*; uma floresta que foi criada, na charneira dos séculos XIX e XX, no quadro da Restauração dos terrenos de montanha². Os silvicultores do século passado estavam convencidos de que ao rearborizar, mais não faziam senão reconstituir a vegetação primitiva do Aigoual, antes que os habitantes de Cévennes se lembrassem de arrotear e de mandar os seus rebanhos pastar nas alturas. Mas esses povoamentos, cuja plantação exigiu estaleiros imponentes e cuja manutenção ainda hoje reclama cuidados atentos, não são inteiramente naturais. «Esta floresta é obra nossa; aliás, salienta o guarda, se deixássemos de a explorar e de a manter, se a abandonássemos à sua sorte, em breve seria impenetrável e hostil. Aqui, a floresta natural não seria uma bela floresta.» A questão de saber se os agentes do parque partilham este ponto de vista tem a réplica seguinte: «Têm dificuldade em compreender que é preciso explorar a floresta para que ela se porte bem. Para eles, os cortes são um mal necessário, mas um mal: isso incomoda a fauna e destrói plantas. Imaginam que uma floresta não explorada seria muito mais bela e mais rica. Têm uma imagem edénica do que seria a floresta natural.»

O Parque Nacional de Cévennes, que se orgulha de ser o único parque habitado em França, tem por missão experimentar uma maneira de conciliar as actividades humanas e a protecção das espécies e dos meios. Os agentes do parque têm pois a missão de negociar e promover uma gestão «ecológica» do território. Não se trata, para eles, de deixar reconstituir-se a floresta nacional. No entanto, pensam que é importante ter uma

representação do que ela seria. O clímax³ pode, na verdade, servir de referência positiva na gestão. «Aliás, não se trataria de uma floresta, muito menos de uma floresta densa de faias. Seria um mosaico de associações vegetais, com alguns povoamentos de faias e associações vegetais mais abertas e mais favoráveis à fauna.» Esta representação do que seria a paisagem vegetal do Aigoual, sem qualquer intervenção humana, baseia-se na teoria das sucessões. É certo que os silvicultores partilham a mesma teoria, mas não tiram as mesmas consequências. Se é assim, é porque eles são «prisioneiros de uma imagem, e essa imagem é a da natureza como caos. Só estarão contentes quando conseguirem impor-lhe a sua ordem».

As divergências entre agentes do parque e silvicultores, sobre o que deveria ser a gestão da floresta dominial, têm menos a ver com a oposição entre os objectivos económicos (que é suposto serem os do Gabinete) e os objectivos ecológicos (que seriam apanágio do parque) do que com uma diferença de interpretação do que seria o clímax do Aigoual⁴.

Cenários divergentes

A acreditarmos nos silvicultores, é possível simular o cenário das séries evolutivas no Aigoual (entre 700 e 1300 metros de altitude) como uma marcha inexorável para o faial, denso, impenetrável. Por toda a parte, salvo os relvados nos cimos, haveria um povoamento de faias e um estrato de vegetação rasteira constituída por plantas de floração precoce, capazes de frutificar antes que as árvores se desenvolvam. A fauna de herbívoros seria reduzida, a avifauna limitada a algumas espécies. A paisagem climácica seria pois monótona e pobre. Daí a conclusão de um chefe de centro: «A diversidade, tão cara aos ecologistas, seria mínima. A produção, por definição, seria nula e a floresta impenetrável.»

Ter-se-ia, com isso, atingido uma biocenose estável, em equilíbrio com o «meio»? De modo nenhum. O povoamento de

faiais seria demasiado denso para se regenerar naturalmente. Como toda a floresta natural, o faial seria atulhado de detritos lenhosos, o solo coberto por uma espessa camada de folhas. Esse estrato de matérias orgânicas impediria a germinação dos grãos e as raras sementes deixariam de ter luz suficiente para germinarem. Quando estiver estabilizado, o faial climácico envelhecerá antes de ser cortado. Para que se possa regenerar, será necessária a intervenção de «catástrofes naturais». Claro que elas não faltarão: tempestades que abatem as árvores mais velhas, pragas de insectos, trovoadas que criam clareiras tanto mais vastas quanto «essa floresta atulhada de madeira morta (...) é um barril de pólvora».

A silvicultura é pois justificada pela natureza do clímax: trata-se de, ao desbastar árvores, separar sementes e deixar-lhes luz suficiente, permitir que o povoamento se regenere. Ao produzir povoamentos menos frágeis (porque menos densos, menos combustíveis e compostos por árvores «na força da idade»), limita-se o impacto das catástrofes naturais. Assim, a diversidade não seria mais «natural» que a estabilidade e a saúde da floresta: resultaria da silvicultura. «O Gabinete não produz só madeira. Produz diversidade.»

Por mais convincente que seja, este cenário é posto em dúvida pelos agentes do parque nacional. Primeiro, se a floresta climácica é instável, se ela só se regenera por intervenção de cataclismos, há que reconhecer que a paisagem vegetal da natureza abandonada aos seus processos seria heterogénea. É certo que comportaria povoamentos densos de faiais envelhecidas, mas também todos os estádios intermédios presentes nas abertas sucessivamente operadas pelos acidentes naturais, e portanto todas as espécies vegetais características desses estádios. Esta heterogeneidade seria favorável à coexistência de numerosas espécies animais. É então possível relevar que, no seu cenário, os silvicultores só se preocupam com a dinâmica dos povoamentos, desprezando assim a fauna e o seu impacto sobre a vegetação. «Dizer que o clímax seria o faial compacto não tem em conta os grandes herbívoros: os

bisontes, os cavalos selvagens deviam povoar mais as florestas do que os cabritos monteses que tanto preocupam os nossos silvicultores. Deixe-se desenvolver o veado e o cabrito montês e não se chegará a uma floresta densa.»

O cenário ecológico conduz a uma paisagem muito diferente, composta por um mosaico, que associa ao faial climácico, numa versão pastoril, «aberta» e penetrável, todas as associações vegetais intermédias da série evolutiva que a presença de herbívoros manteria em equilíbrio.

Se é certo que se referem à mesma teoria das séries evolutivas, os ecologistas e os silvicultores têm assim uma concepção oposta do clímax. Colocam a dinâmica dos meios actuais em perspectivas inversas. Se se trata de preservar a variedade das paisagens, o equilíbrio dos povoamentos florestais, é necessário, segundo uns, intervir incessantemente para contrariar o curso das coisas; segundo outros, os mesmos objectivos supõem, ao invés, que nos contentemos com controlar a dinâmica natural, de modo a dispor, numa zona climática determinada, de todas as biocenoses da série até ao clímax.

O problema é justamente não se saber o que seria o clímax, tanto no Aigoual como noutro lugar qualquer. Seria heterogéneo ou monótono? Homogéneo, seria uma biocenose diversa e estável? Se é heterogéneo, composto por um mosaico de estádios sucessivos (por definição instáveis) da sucessão, seria ou não metastável (compreendendo a mesma proporção de biocenoses transitórias)? Tudo leva a pensar que estas questões são irresolúveis.

Crítica da noção de clímax

Na síntese odumiana, a coexistência das espécies numa biocenose (presente, num estádio determinado da sucessão, num biótopo dado) explica-se pelo princípio de exclusão competitiva. Duas espécies podem coexistir, se e somente

quando fizerem uma utilização diferente de pelo menos um dos recursos do «meio». Podemos por isso concluir em definitivo que uma nova espécie só pode ser admitida na comunidade biótica se for capaz de tirar partido de recursos inexplorados, ou se se mostrar melhor adaptada às condições evolutivas do meio do que uma espécie concorrente, e conseguir eliminá-la. A difusão de uma nova espécie completa assim o conjunto das relações interespecíficas, por meio de um ajustamento do seu «nicho ecológico» com todos os outros. O aumento do número de «nichos» ocupados conduz então a uma utilização mais eficaz dos recursos do meio, o que torna menos fácil a adopção ulterior de novas espécies. Compreende-se assim que as comunidades bióticas que se sucedem num biótopo dado tendam, no quadro desta teoria, para um estado de equilíbrio, caracterizado tanto por uma utilização ideal dos condicionalismos e dos recursos do meio, como pela coexistência do máximo de nichos ecológicos (isto é de espécies) que ele pode englobar. A biocenótica clássica pode por isso postular, com Odum ou Duvignaud⁵, que as sucessões conduzem a biocenoses cada vez mais diversas e cada vez mais estáveis.

Ora, mesmo sem sair do quadro teórico formulado por Odum, as suas conclusões são evidentes. Por isso a equivalência entre diversidade e estabilidade foi posta em causa. Foi-lhe oposta, entre outros exemplos, a notável resistência dos ecossistemas bastante pobres próximos das regiões boreais ou em alta montanha, e a fragilidade de ecossistemas que, como as florestas tropicais, apresentam uma grande riqueza específica, mas são sensíveis a pequenas perturbações. Finalmente, trabalhando sobre um modelo matemático das relações interespecíficas, Robert May demonstrou que, quando a diversidade (isto é o número de nichos) aumenta, o sistema torna-se instável e só consegue reproduzir-se se estiver ao abrigo das perturbações⁶.

Temos portanto boas razões para pensar que, se a biocenose climática é diversa e complexa, ela não é necessariamente

estável. Se, ao invés, se defende que a biocenose climática é necessariamente a que possui a maior homeostasia, então ela não é forçosamente complexa. Assim, a questão das características do clímax, num determinado biótopo, continua em aberto.

Há boas razões para pensar que o clímax é imprevisível. Os factores que condicionam a dinâmica da vegetação são tão numerosos que, mesmo simplificando ao máximo para que um modelo de simulação⁷ só comporte um número limitado de equações lineares, é absolutamente provável que um minúsculo erro na descrição do estado inicial (por exemplo, na estimativa dos efectivos de uma espécie) leve a simular uma evolução muito diferente do processo real. Do mesmo modo, uma pequeníssima perturbação entre a situação no tempo t e a situação no tempo $t + 1$ pode provocar itinerários divergentes e imprevisíveis. É pois provável que, mesmo não saindo do quadro teórico da biocenótica clássica, se verifique a impossibilidade de elaborar uma representação realista do clímax. Embora determinada por um conjunto conhecido de factores, segundo relações verificadas a curto prazo, a evolução a longo prazo seria teoricamente imprevisível porque caótica⁸.

Finalmente, para a ecologia das perturbações, o clímax não tem praticamente sentido. Esta teoria convida a conceber toda a biocenose como produto de uma história singular e não como um estágio do desenvolvimento da série evolutiva que termina no estado predeterminado do clímax. A sucessão depende de um regime de perturbações, que determina a instalação no território para o qual designa um número, mais ou menos grande, de biocenoses que só têm «estabilidade» relativamente a esse regime.

Em princípio, uma tal concepção relativiza o clímax: ele é produto de uma história, de uma série de acontecimentos singulares (pode-se então falar de clímax pirogénicos nas regiões onde os incêndios de matas, baldios e florestas são frequentes). Ele é finalmente imprevisível: com efeito, mesmo que se conseguisse traçar a história das perturbações que

afectaram, durante séculos, uma determinada zona, só se poderia inferir a evolução futura das biocenoses presentes supondo uma recondução tal e qual do regime das perturbações passadas. O que evidentemente está fora de causa.

Quer se opte pela biocenótica clássica ou por uma ecologia das perturbações, tudo faz pensar que subsistirá sempre uma grande parte de indecisão quanto à natureza do clímax. Trata-se de entregar a questão dos objectivos ecológicos da gestão florestal a uma arbitragem política: após um debate tão amplo, tão informado e tão rigoroso quanto possível, haverá que resolver o irresolúvel. E é sem dúvida por isso que também o parque e o Gabinete, nos últimos anos, abandonaram esta polémica para se interrogarem sobre um ordenamento do maciço a médio prazo, de modo a favorecer tanto a diversidade dos meios como a diversidade específica.

Em França, a questão da natureza do clímax continua a ser académica: o que está verdadeiramente em jogo é tão-só a saída da ecologia odumiana, porquanto há muito que já não há clímax nos nossos climas. Nas polémicas entre ecólogos e silvicultores, nunca se tratou de pôr em causa a valorização do Aigoual. O mesmo não acontece na América do Norte e do Sul, em África, na Oceânia ou na Indonésia. A protecção de uma natureza selvagem, e a controvérsia sobre o clímax, assumem nessas regiões uma dimensão política e social que não têm em França.

Virgem ou selvagem: a wilderness

Quando os colonos desembarcaram no continente americano, viram a natureza como um meio hostil e perigoso que teriam de enfrentar, conquistar, valorizar. «As maravilhas da natureza inanimada esbarram na sua insensibilidade, diz Tocqueville, e eles só se apercebem, por assim dizer, das admiráveis florestas que os rodeiam no momento em que elas tombam por acção dos seus machados. Os seus olhos estão

cheios de um outro espectáculo. O povo americano olha para si mesmo marchando através daqueles desertos, secando os pântanos, subindo os rios, povoando a solidão e domando a natureza⁹.» Roderick Nash¹⁰ mostrou até que ponto a mentalidade puritana dos colonos americanos dera uma dimensão religiosa a um tal ódio pela natureza selvagem¹¹. Ainda não chegara a hora da sua celebração.

A *wilderness* só parece admirável quando já não é temida: Chateaubriand pode exaltar a noite que passou nas florestas do Novo Mundo, a sua vida não depende de uma luta quotidiana para dele arrancar a sua subsistência, e evitou mergulhar no mais fundo dos bosques. De igual modo, a elite aristocrática ou intelectual do leste dos Estados Unidos podia, coberta pela dura vida dos pioneiros, apaixonar-se pelos relatos de viajantes, pelas descrições da fauna, da flora, das paisagens e dos «monumentos naturais» da nação americana.

Em 1854, Henry David Thoreau publica *Walden ou a Vida nos Bosques*. Conta neste livro os dois anos que passou, sozinho numa cabana que ele próprio construiu, à beira do lago de Walden, no Massachusetts. O relato da sua vida nos bosques tem ressonâncias rousseauistas: méritos da solidão, elogio da actividade física, questionamento das pretensas vantagens de uma civilização que torna os homens dependentes uns dos outros. Esta exaltação da vida selvagem e das suas virtudes morais é uma crítica radical do materialismo utilitarista e da civilização americana. Mas uma tal apologia da natureza selvagem inverte os valores: de detestável, a natureza torna-se admirável.

Embora esta inversão se popularize na segunda metade do século XIX, nem por isso se sai do puritanismo. Os colonos tinham fugido do Velho Mundo para fundarem uma comunidade espiritual na Nova Inglaterra. Quando pareceu que tinham atingido as facilidades do conforto individual e material, perguntou-se se tais conquistas, moralmente suspeitas, justificariam a destruição da *wilderness* para as obter. Como o puritanismo assimilava sem problemas a capacidade moral do

homem à sua aptidão para o pecado, compreende-se que os descendentes dos colonos tenham querido proteger o que subsistia de natureza «inviolada» das infâmias do homem. Passou-se assim de uma visão que identificava o mal e a *wilderness* com uma concepção que, vendo nela a natureza intacta que o homem ainda não maculou, faz da sua preservação um dever moral.

Nas últimas décadas do século XIX, o movimento a favor da protecção das florestas «virgens» ganhou amplidão, mas cindiu-se entre os partidários da «conservação» e os da «preservação». Os primeiros, na esteira de Gifford Pinchot¹², apelavam a uma exploração razoável das florestas, com a constituição de reservas para garantir o futuro dos recursos. Conservar era fazer um «bom uso» (*wise use*) da natureza. Os segundos, sob a bandeira de John Muir, indignavam-se com esta forma de conceber a floresta como um reservatório de recursos. Isso equivalia, para John Muir, a transformar uma catedral gótica num entreposto de mercadorias. Por amor à *wilderness*, pelo seu valor próprio, havia que a defender contra qualquer intrusão.

Muir acabou por ganhar. Em número crescente, os partidários da *wilderness* instalaram-se nas posições radicais da «preservação». São estas últimas que o *Wilderness Act* de 1964¹³ regista: «por oposição aos espaços dominados pelo homem e suas obras, o presente documento designa-a como um espaço onde a terra e a comunidade de vida não são entravadas pelo homem, onde o próprio homem não é mais do que um visitante de passagem». O documento continua, exigindo que a *wilderness* assim definida conserve «o seu carácter primordial» e que seja protegida e gerida de tal forma que continue a «ser essencialmente afectada pelas forças da natureza¹⁴.»

Holmes Rolston¹⁵ dedicou-se recentemente à tarefa de justificar esta concepção da *wilderness*, e a necessidade da sua preservação. Situar-se na natureza, é segundo ele instrumentalizá-la, valorizá-la. Por isso, não há nada melhor que o

wise use. Se a natureza selvagem deve ser preservada, é porque ela é exterior ao homem e assim deve continuar. Esta *wilderness* é o clímax, cuja interpretação odumiana é retomada por Rolston. É o cumprimento de uma evolução, é uma fauna e uma flora ricas, em equilíbrio com o meio. São os organismos que ali vivem, que dela dependem, e aos quais Rolston atribui, como veremos, um valor intrínseco¹⁶.

O valor da *wilderness* apreende-se do exterior. Só o homem é um ser moral, a natureza é «a-moral», mas temos o dever de a proteger, justamente porque somos seres morais. Rolston defende assim uma lógica de repartição por zonas entre os espaços sujeitos à valorização (se possível com bom uso) e as extensões selvagens, incluídas em parques ou em reservas para as preservar da presença humana: «O santuário que queremos é um mundo que não é entravado pelo homem, um mundo entregue à sua própria criatividade¹⁷.»

Wilderness ou «imperialismo verde»?

Esta concepção da protecção da natureza foi criticada por geógrafos, antropólogos e ecólogos do Terceiro Mundo¹⁸. Fazer parques do género na Índia ou em África talvez salvasse os tigres e os elefantes, mas espoliar-se-iam e desenraizar-se-iam populações locais, em proveito dos lazeres ou do conforto moral dos ricos americanos. A ideia de uma *wilderness*, onde o homem não é mais do que um visitante temporário, é a representação urbana de uma natureza tão longínqua que a imaginam desabitada. Conjugando etnocentrismo e imperialismo, a política de preservação da *wilderness* é um luxo de países ricos e desenvolvidos inacessível aos mais pobres, e prejudica-os quando lhes é aplicada.

Nos Estados Unidos, Baird Callicott vai tentar demonstrar que o conceito de *wilderness* não pode inspirar uma autêntica política de protecção da natureza. Critica a ideia de uma natureza virgem, «não entravada» pelo homem, o etnocen-

trismo que Nash exprime quando afirma ingenuamente que os europeus, quando chegaram ao Novo Mundo, o encontraram «no estado selvagem». E os índios? Essa terra desconhecida dos colonos não estava deserta. As paisagens que eles descobriram eram fortemente antropisadas¹⁹. O mito americano da *wilderness* exalta o pioneiro, mas esconde o índio..., de tal forma que as populações índias foram excluídas, expulsas dos primeiros «parques nacionais» americanos. Foi preciso esperar a classificação de uma parte importante do Alasca como reserva natural para que se dignassem enfim negociar com as populações indígenas a sua manutenção na *wilderness*.

Como a argumentação de Rolston demonstra, a noção de *wilderness* mantém a dualidade, a separação do homem e da natureza, que Callicott recusa, opondo-lhe a distinção entre selvagem e doméstico. Parece, com efeito, que a transformação em santuário da *wilderness* conduz a uma dupla ocultação: a dos homens que nela vivem, a da natureza onde os homens vivem, nos espaços cultivados e urbanizados.

Nestas condições, preservar o quê? Uma natureza virgem e primitiva? Ela nunca existiu. Um equilíbrio climático? Mas os desenvolvimentos da ecologia mostram que o desequilíbrio é a regra na natureza. Esta crítica da *wilderness* revela o seu espírito: é um museu verde que se quer preservar, o dos vestígios de um passado pioneiro que não volta mais.

Dever-se-á então deixar de proteger a *wilderness*? De modo nenhum. Primeiro, ela pode continuar a cumprir a função que Aldo Leopold lhe atribuía: ser uma espécie de laboratório da natureza, um lugar fora da nossa influência, para observar processos que não podemos simular artificialmente²⁰. Depois, é possível transformar as extensões de natureza selvagem em reservas de biodiversidade²¹. O que suporia manter-se *in loco* as populações indígenas, preservar as suas actividades e a sua perícia, ou mesmo reinvestir os espaços desabitados. Se Callicott reconhece que a acção dos índios nem sempre foi benéfica à natureza (muito antes da chegada dos colonos, eles tinham

exterminado os cavalos autóctones para se alimentarem), ele considera que as práticas tradicionais das populações indígenas estão, em geral, atentas à renovação dos recursos de que dependem para a sua sobrevivência. Numerosos estudos de etnobotânicos indicam que a presença e as práticas humanas podem aumentar a biodiversidade²². Longe de banir os homens da natureza virgem, é preciso ajudá-los a viverem numa natureza selvagem.

Solução difícil, sem dúvida. Num artigo em que estudam as relações entre diversidade cultural e diversidade biológica, Mac Neely e Keeton avaliam os saberes tradicionais e afirmam que, nas sociedades indígenas, os mecanismos culturais que concediam um valor simbólico aos recursos e ao território, independentemente da sua utilidade prática, assentavam em princípios ecológicos, ajudando as sociedades a não explorar excessivamente o seu meio ambiente. Se os antropólogos puseram em evidência que a codificação cultural dos costumes permitia aos indígenas preservarem a base dos seus recursos, há que admitir, na esteira de Redford²³, que «esses modelos coerentes só são viáveis e duráveis em condições de fraca densidade de população, de vastos territórios e de uma fraca implicação na economia de mercado²⁴». Notando que, nos nossos dias, «o símbolo dominante é o dinheiro, o qual substitui os símbolos naturais», Neely e Keeton acham difícil que perdurem as relações indígenas com os seus meios, a menos que não comercializem nem os produtos nem a sua força de trabalho, mas o seu saber tradicional: as indústrias farmacêuticas (e as indústrias agro-alimentares) teriam tudo a ganhar, e os indígenas teriam todo o interesse em preservar as suas tradições. Talvez seja mostrar um optimismo excessivo, porque as indústrias em questão entendem aceder aos recursos e aos saberes, como sempre fizeram, o mais gratuitamente possível, e ser-lhes-á mais fácil pagarem uma renda aos Estados (que evitarão redistribuí-la) que às populações autóctones. Contudo, é afirmar que, se a diversidade cultural é favorável à diversidade biológica, a preservação desta última deve favorecer aquela.

Proteger espécies, proteger espaços

Se a protecção da *wilderness* podia ser exportada, não sem violência contra os autóctones, para a América do Norte e do Sul, para a Austrália, para a Rússia e para certas regiões de África e da Ásia, não o poderia ser para velhas civilizações rurais da Europa, da Bacia Mediterrânica e do Extremo Oriente. Não seria possível encontrar nelas a ilusão de uma natureza inviolada (exceptuando o universo mineral das montanhas mais altas). Só fragmentos de clímax: é visível que a natureza está, nessas civilizações, antropisada há muito tempo.

No entanto, tais sociedades, a começar pelas mais industrializadas, dotaram-se de uma política de protecção da natureza. Tratou-se de proteger espécies ameaçadas, meios raros e *habitats*, mas também paisagens.

Protecção das espécies

«Quando um interesse científico particular ou as necessidades da preservação do património biológico nacional justificam a conservação de espécies animais não domésticas ou vegetais não cultivadas, são proibidos...», assim começa a Lei n.º 76-629, de 10 de Julho de 1976, relativa à protecção da natureza no território francês. São então estipulados os interditos: a destruição, o corte, a mutilação, a detenção, o transporte, a cedência de qualquer espécime da espécie em questão. Ao Ministério do Ambiente compete estabelecer listas limitativas de espécies a proteger. A justificação articula duas afirmações: deve-se proteger espécies ameaçadas, por razões científicas e ou pelo valor (património) que elas representam. Esta dupla legitimação encontra-se em toda a literatura ambientalista.

Uma primeira constatação: a do desaparecimento de numerosas espécies animais e vegetais, a um ritmo muito superior ao das grandes crises de extinção identificadas pelos paleontólogos. Este processo, que tem a ver com a selecção nacional,

é amplificado pelas formas humanas de valorização: abates excessivos de certas espécies, desbaste das florestas ombrófilas tropicais, urbanização e infra-estruturas que fragmentam os *habitats*, poluições e utilização de pesticidas não específicos, desenvolvimento da agricultura intensiva com prejuízo das agriculturas tradicionais.

Ora foi possível enumerar as estrelas da galáxia, descodificar os genomas, mas não se é capaz de dizer o número aproximado de espécies que vivem na terra. Identificaram-se, segundo as melhores estimativas, entre 1,5 e 1,8 milhões de espécies. Diversas extrapolações chegam a considerar que existem entre 3 e 30 milhões de espécies, ou até mais. Sabe-se que há extinção. Pensa-se que ela excede todas as que ocorreram ao longo da evolução, mas não se é capaz de calcular a sua medida exacta.

Proteger as espécies ameaçadas é, em primeiro lugar, proteger objectos de pesquisa, conhecidos dos naturalistas. Mais do que isso, é evitar que um imenso campo científico escape definitivamente à investigação. O argumento científico do desaparecimento de objectos de conhecimento desconhecidos, ou mal conhecidos, que talvez tivesse bastado, no século das Luzes, para justificar a preocupação, deve ser completado, nos nossos dias, pelo facto de a axiomática do lucro se ter tornado tão consistente. Não são só objectos de conhecimento que desaparecem, são também recursos potenciais.

Não são conhecidos todos os usos que as espécies inventariadas poderiam ter. E ignoramos ainda mais o que nos poderiam dar as espécies, muito numerosas, das quais nem sequer conhecemos a existência e que continuamos a extinguir. Não haverá recursos desconhecidos, nessa diversidade de espécies em erosão? Recursos genéticos para a melhoria das plantas cultivadas²⁵, recursos para a luta biológica contra as pragas de destruidores²⁶, recursos alimentares, recursos medicinais. Nunca se deve esquecer o interesse manifestado pelos empórios farmacêuticos, tanto pelo inventário florístico de

certas regiões tropicais como pelo estudo etnográfico sobre as farmacopeias tradicionais.

Criticou-se esta abordagem que só tinha em consideração utilidades materiais. Não correremos o risco de aceitar, sem angústias, a extinção de espécies sobre as quais temos boas razões para pensar que nunca terão qualquer utilidade? Não deveremos ter uma visão mais ampla dos interesses que os homens têm em preservar ou proteger a natureza? É também necessário, segundo Bryan Norton, fazer valer os benefícios recreativos, estéticos, morais, ou mesmo religiosos que os homens podem tirar dela. Uma concepção alargada dos interesses do homem (defendendo a existência de «interesses desinteressados») poderia bastar para desenvolver uma política coerente de protecção das espécies selvagens, conhecidas ou desconhecidas²⁷.

Sejam quais forem os danos que este empobrecimento dos recursos naturais pode provocar à vida humana, tende-se a pensar que há nisso um mal em si mesmo que nada justifica. As espécies que desaparecem devido às nossas actividades resultam de processos evolutivos que se desenrolaram ao longo de milhões de anos. Ora as extinções são irreversíveis: o que desaparece é insubstituível. Há uma diferença, intuitivamente chocante, entre actividades que correspondem a interesses a curto prazo e as suas consequências irreversíveis. Mas é difícil fundamentar esta intuição.

Pôs-se assim a questão do valor moral que podíamos atribuir aos outros seres vivos. Para o fazerem, alguns filósofos americanos tentaram fragmentar o esquema antropocêntrico da moral kantiana. Tratava-se de examinar se ele permitia, sem pôr em causa a qualificação moral da humanidade, fazer com que todo o ser vivo beneficiasse de uma consideração moral. Foi a esta tarefa que se dedicou Holmes Rolston. Observar a natureza é, para ele, ver nela estratégias adaptativas, que são meios ao serviço de um fim, valores instrumentais organizados por uma intenção: todo o ser vivo tende a manter-se na existência, tende a reproduzir-se. Todo o organismo é um «fim em si».

Se afirma a irredutibilidade do ser vivo, esta maneira de estabelecer o valor intrínseco dos organismos conserva a estrutura kantiana que faz dos «fins em si» um princípio objectivo da moralidade: uma característica individual é universalizada. Claro que os termos mudaram. Para Kant, os «fins em si» são sujeitos. São seres racionais, dotados de uma consciência reflexiva, capazes de auto-representar fins. Caracterizar um mamífero, uma ave, um insecto, uma planta ou uma bactéria como um «fim em si», é reconhecer-lhes o equivalente funcional de um conjunto de actos intencionais. Os «fins em si» já não são sujeitos, mas centros teleonómicos. A oposição entre as pessoas humanas e as coisas é substituída por uma multiplicidade de individualidades teleonómicas que podem pretender – e todas pela mesma razão – ser «fins em si». Já não há privilégio humano, já não há organização dos valores à volta da humanidade. Sem o trair, passou-se do antropocentrismo kantiano para um biocentrismo: os centros de valor são os seres vivos²⁸.

Por mais subtil que seja, esta argumentação do valor intrínseco dos seres vivos foi vivamente criticada, e em duas frentes. Os partidários de uma ética antropocêntrica opuseram-lhe alguns exemplos. Que fazer quando está em jogo a sobrevivência de uma população humana e a de uma espécie animal ou vegetal? Entre o homem e a serpente que o ataca, qual deles proteger? Pode-se retorquir ao primeiro exemplo que se trata de um caso extremo. Se a sobrevivência de uma etnia depende da exploração de uma espécie em vias de extinção, o seu futuro já está gravemente comprometido: seria mais avisado ajudá-la a utilizar outros recursos que permitir-lhe esgotar este. Quanto ao segundo, pode-se contrariá-lo afirmando que ele é perfeitamente imaginário. O homem atacado por uma serpente defender-se-á, bem entendido, nem que seja movido pela ética biocêntrica de Rolston. Com isso, não fará senão reagir como centro teleonómico. Se não puder defender-se sozinho, alguém o ajudará. A serpente morrerá,

mas dificilmente se tratará do último espécime (macho ou fêmea) da sua espécie.

Por outro lado, salientou-se que estas considerações morais levam a respeitar e a proteger indivíduos, quando o que está em causa é o destino de populações ou de espécies. A ética biocêntrica é inoperante: proteger uma população qualquer é proteger os meios de que ela depende, não a vida de todos os indivíduos que a compõem, que, de resto, está naturalmente ameaçada. O próprio Rolston reconhece-o, sabendo bem que «*nature is not fair*».

Razões científicas, argumentos utilitaristas, considerações morais (ao mesmo tempo fieis a Kant e subversivas), há múltiplas maneiras de legitimar, no próprio quadro da concepção moderna da natureza, a protecção das espécies ameaçadas de extinção.

Mas esta protecção mostra-se extremamente difícil de aplicar e impossível de controlar. Notemos, em primeiro lugar, que só se protege o que se conhece. Ora, se a fauna e a flora dos países temperados e mediterrânicos são bem conhecidas, o mesmo não acontece no que respeita às floras e faunas tropicais e equatoriais. Segundo Robert May²⁹, só 4 por cento dos taxonomistas trabalham na África subsaariana e na América do Sul. Ora é justamente nestas vastas regiões que a diversidade biológica é maior... e a menos bem conhecida. Do mesmo modo, a flora em geral está melhor inventariada do que a fauna; os botânicos sempre foram, e de longe, os naturalistas mais numerosos. São melhor conhecidos os mamíferos, as aves e os répteis do que o mundo dos insectos, dos aracnídeos, dos nematode. É amplamente ignorado o número de espécies de cogumelos, assim como a microflora e a microfauna do solo, cuja actividade é tão importante na decomposição e reciclagem da matéria orgânica. Supondo que medidas de protecção possam ser eficazes, o desigual desenvolvimento do saber introduziria diferenças importantes na sua aplicação.

Em segundo lugar, as disposições tomadas protegem de qualquer atentado, de qualquer abate, todo o espécime da

espécie considerada, quando o que se trata é de proteger não indivíduos, mas populações.

Voltemos à lei francesa com que abrimos este parágrafo. Não será difícil ver que ela é ineficaz em muitos casos. Na sua maioria, as espécies não estão ameaçadas nem pela caça, nem pelas colheitas, nem pela malvadez – práticas e atitudes que a lei proscree -, mas pelo desaparecimento de meios que lhes eram favoráveis, pela utilização maciça de herbicidas ou de pesticidas não específicos, pela drenagem, pela fragmentação dos seus habitats devidos à urbanização e ao desenvolvimento das redes de infra-estruturas – práticas que não são visadas na lei. Logo, não é possível proteger as espécies sem proteger os territórios.

Mais, a protecção das espécies, assim limitada à das recolhas de amostras, é inaplicável, exceptuando talvez certos casos que os defensores da natureza, ou o Ministério do Ambiente, quiseram que fossem exemplares, com sortes diversas (os grandes rapaces, o lince e o urso). Se é suposto que ninguém desconheça a lei, ninguém é obrigado a conhecer a sistemática, tanto mais que ela quase não é ensinada. Por diversas vezes, cientistas do Conselho Nacional de Protecção da Natureza (CNP) confessaram-nos que lhes tinha certamente acontecido, com toda a boa-fé, cometerem atentados contra uma espécie protegida: não é suposto que o entomologista conheça todos os braquiópodes. Há pois que entregar-se à prudência do juiz. Para felicidade deste último, a lei é tanto menos aplicável quanto não é possível pôr um polícia (mesmo que fosse um naturalista-polícia) junto de cada passeante, de cada agricultor, de cada pescador ou de cada caçador³⁰.

Os especialistas reconhecem-lhe pelo menos três virtudes. A primeira foi, como nos explicou um membro do CNPN, «convidar os naturalistas amadores e os professores de ciências naturais a não pilharem as últimas reservas de plantas raras na [minha] região». Num certo sentido, a lei contribuiu para transformar os naturalistas, de coleccionadores que eram, em observadores *in situ*. Ao mobilizá-los para estabelecer listas de

espécies para proteger, a lei convidou-os a autodisciplinarem-se. A segunda é justificar, pela presença de espécies protegidas, a classificação de meios em reservas naturais. A protecção das espécies revelou-se um meio eficaz de legitimar a protecção de territórios, num país que não tinha nem vastas extensões de natureza selvagem, nem relíquias de clímax, nem inclinação para o puritanismo. Última virtude: abriu a possibilidade de pôr em xeque certos projectos de infra-estruturas ou de investimentos turísticos, de um modo geral lesivos tanto para as populações vizinhas como para o aspecto da paisagem ou para o meio ambiente (betonagem das costas), com o argumento da presença de plantas protegidas³¹.

Protecção dos espaços

A protecção das espécies em vias de extinção implica a protecção de territórios constantemente já antropizados. Acaba-se pois por cuidar de uma natureza que não é exterior ao homem, mas que tem a marca das actividades produtivas que nela se sucederam.

Se os primeiros espaços protegidos parecem ter sido concebidos em França (a partir do modelo americano), como santuários onde só a presença de cientistas parecia desejada, as reservas e os parques nacionais são hoje locais onde se entende conciliar certas práticas (produtivas ou lúdicas) e a protecção do «património natural». Muitas vezes, a classificação de tais espaços é justificada pela necessidade de preservar meios necessários à sobrevivência de populações animais ameaçadas pelas transformações, ou pelo abandono, da valorização. Ora as espécies que deste modo se entende proteger pertencem, na sua maioria, a estádios intermédios das sucessões biocenóticas, mantidos em equilíbrio pelas actividades humanas. Algumas espécies animais exploram diferentes meios. Assim, a sua prosperidade depende de uma estrutura paisagística que foi produzida pelas práticas agrícolas, pastoris e silvícolas, e que

sem elas não se manteria. Não podemos, em tais condições, limitar-nos a «deixar que a natureza faça». A dinâmica espontânea teria o efeito de condenar, a termo, as populações que se deseja proteger, tanto como o desenvolvimento das actividades novas ou das infra-estruturas que hoje as fragilizam.

É por isso útil intervir para refrear o desenvolvimento das sucessões. Tomemos o exemplo das turfeiras. A evolução natural de uma turfeira é deixar de o ser. A lenta acumulação de matéria orgânica eleva progressivamente o nível do solo, de modo que as plantas adaptadas ao meio hidromórfico dão lugar, à distância, a uma vegetação de charneca, ela própria substituída, algumas décadas mais tarde, por povoamentos florestais. Foi a extracção da turfa, tanto para a energia como para a horticultura, mas também a ceifa e a pastagem, que permitiram regenerar as turfeiras e oferecer uma grande diversidade de vegetações turbícolas. Está assim previsto, em diversas reservas naturais, proceder a explorações equilibradas de turfa, a fim de conservar um meio favorável a espécies vegetais particularmente raras e protegidas por lei..., indo-se por vezes, como no lago Luitel, até à abertura organizada de um plano de água, à beira do caminho botânico, para rejuvenescer a turfeira num local onde se atulhou.

Proteger meios é manter actividades, é evitar que elas se transformem ou sejam abandonadas. «O «respeito pela natureza», princípio quase sacralizado de não-intervencionismo, inverteu-se em preconceito gestor: trata-se de evitar o encerramento dos meios, por reflorestação espontânea, sabendo-se como se sabe que ele se traduziria por uma menor riqueza da flora e da fauna³². Isso leva a uma grande variedade de modos de gestão, que vão da simples regulamentação (da caça, da pastagem, da exploração florestal) à «restauração» de meios, com grande reforço do artifício, passando por contratos com os agricultores para que eles continuem, em troca de subsídios, a manter os seus usos «tradicionais».

Três exemplos para ilustrar a diversidade destas iniciativas.

Em consequência de experiências feitas no pântano Vernier, numerosas reservas (em zonas húmidas) são «geridas» pela introdução de «ruminantes arcaicos». O eixo teórico é o seguinte: «Os grandes herbívoros desempenham um papel chave nos ecossistemas temperados», criam «meios constituídos por gradientes e mosaicos...». O animal é portanto um instrumento de diversificação. «Como o «grande herbívoro» desapareceu – o alce no século x no norte da França, o bisonte no século xvii nos Vosges –, instala-se o «ruminante», que desempenha o papel de operador ecológico no plano de gestão (...). Estes bovinos, cavalos e carneiros (...) são capazes de ultrapassar as penúrias («fazer de acordeão», diz-se com graça) e de satisfazer as suas necessidades vitais com o mínimo de intervenções humanas³³.»

Se pretendermos manifestar que o espírito ecológico substitui a pecuária ou que é a sua continuação, recorre-se a raças exóticas e arcaicas (bovino «Highland», que apresenta uma semelhança com o auroque, no pântano Vernier; o tarpã, considerado próximo do cavalo selvagem, em muitas reservas da Europa) ou a raças rústicas locais.

Objectou-se a esta tentativa que nada permite afirmar que a flora e a fauna foram particularmente ricas na sequência das grandes glaciações. Ao comparar estudos palinológicos³⁴ com inventários florísticos dos séculos xviii e xix, alguns ecólogos adquiriram a convicção de que a diversidade específica foi muito mais elevada na época da primeira revolução agrícola do que fora antes. A «reabilitação» dos cumes calcícolas da região de Rouen levou os seus promotores a empregar um pastor para restabelecer a guarda de carneiros rústicos nesses percursos que se cobriam de silvados e se «banalizavam». Notando que certas espécies, presentes no século xix, tinham desaparecido devido ao abandono da viticultura nas encostas, o projecto actual é replantar vinhas (e comercializar suco³⁵) para aumentar a diversidade da flora.

Feito um inventário exaustivo de todas as zonas húmidas do departamento, a Federação Departamental dos Caçadores das Landes, com o objectivo de aumentar a diversidade e a abundância da avifauna aquática, empenhou-se numa vasta operação de «restauração» desses meios. O diagnóstico é idêntico em todo o lado: o abandono da pastagem nessas zonas, combinado, aqui e ali, com plantações (choupos) «fechou» esses espaços, outrora propícios à nidificação e às aves migratórias. Trata-se pois de recuperar um «mosaico» de meios húmidos favoráveis à avifauna e de garantir a sua manutenção. A Federação gere deste modo 45 reservas num total de 2000 hectares. Mais de 1200 hectares foram restaurados, com a ajuda de buldózers. Tratou-se de arrotear, decapar, instalar um sistema hidráulico que permita a inundação permanente ou sazonal de tais meios. Segundo os casos, estas reservas são mantidas por meio da ceifa ou pela pastagem de raças rústicas locais (pôneis e vacas). Está em curso um projecto de ordenamento do Adour, comportando a inundação invernal de 470 hectares e um contrato com os agricultores para que garantam a pastagem extensiva de 1500 hectares.

A quantos se possam indignar com o emprego destas técnicas pesadas e o seu objectivo cinegético, os promotores da operação respondem que estas obras não só são favoráveis à caça³⁶, mas também a todas as espécies aquáticas e, em especial, a espécies protegidas. Assim, o número de espécies de aves que frequentam o sítio de Saint-Martin-de-Seignanx passou, em cinco anos, de 40 para 132: «Nota-se a presença de espécies raras: cegonha branca, cegonha negra, garça-garceta, grou cinzento, garça-real, falcão peregrino, águia-pesqueira. Reinstalou-se um pouco por todo o lado a visão da Europa³⁷.»

É possível ver nestes exemplos a ilustração da lição de Rousseau segundo a qual só um artifício permite recuperar a natureza³⁸. Não a natureza, que retomou os seus direitos, no jardim de Julie. Foi preciso tornar selvagem o que, oito anos antes, era apenas um vergel. Mas o Rousseau do jardim de Julie já não é absolutamente moderno³⁹.

Houve um afastamento insensível da concepção de uma natureza em preservar porque ela nos é exterior e o homem nada mais lhe poderia dar senão desordem. Houve um tal afastamento que as referidas experiências perseguem explicitamente objectivos utilitaristas. Trata-se, aqui, de ter caça mais abundante e mais variada e de legitimar esta prática (contestada pelos ecologistas) pela manutenção e restauração de meios favoráveis a espécies protegidas. Trata-se igualmente de perseguir objectivos pedagógicos. A rede de reservas naturais e de parques nacionais constitui, tanto para o Ministério do Ambiente como para as associações de protecção da natureza, um dispositivo pedagógico, aliás nem sempre assumido. Conta-se com ele tanto para vulgarizar o conhecimento e o respeito pela natureza, como para promover um turismo «verde» susceptível de sensibilizar as colectividades locais para a protecção das espécies e dos espaços.

Os esforços feitos nesse sentido propiciam a instalação de equipamentos específicos: há que canalizar visitantes em número crescente⁴⁰, evitar que perturbem os meios e incomodem os animais. Conjuntamente, é preciso mostrar-lhes o que justificou a classificação (aqui uma sucessão, ali uma associação vegetal notável, acolá uma planta carnívora ou certas aves). Vão assim ser instalados, nos limites da reserva, parques de estacionamento «paisagísticos» enriquecidos com painéis pedagógicos. Constrói-se uma casa do guarda para receber o público (especialmente os estudantes) e distribuir documentos. Para controlar a vaga de visitantes e proteger os meios, abrem-se aqui caminhos botânicos (equipamento quase sistemático das turfeiras), ali valados dissuasivos ao longo dos caminhos balizados. Constroem-se observatórios da fauna, aos quais os visitantes acedem por itinerários camuflados. Em alguns casos, criam-se zonas de merendas, com bancos, mesas e caixotes do lixo. E, claro está, «mantêm-se os meios», abrindo aqui furos de água, ceifando ali ou fazendo pastar os relvados, não se hesitando em arrancar as plantas lenhosas que nascem espontaneamente.

Os valados dissuasivos são valados vivos de plantas espinhosas e não paliçadas ou arame farpado, os pontões dos caminhos botânicos são feitos em madeira e não em betão, as plataformas são paisagísticas, graças à plantação de árvores e de arbustos de origem local: trata-se em todos os casos de pequenos truques para dar aos equipamentos *um aspecto natural*. Assim, para conciliar objectivos económicos (atrair uma clientela), pedagógicos (iniciar o público e interessá-lo pela protecção da natureza), ecológicos (evitar os reflexos perversos de uma frequência acrescida, canalizando e controlando os fluxos de visitantes), transformamos a reserva, um canto protegido da natureza, em documento museográfico. Para iniciar os cidadãos no respeito pela natureza, apresentamos-lhes um simulacro, certificado pelos cientistas e carimbado pelo Estado.

Mas, seja qual for o interesse de tais experiências para a biodiversidade, não deixa de se pressentir um perigo: sob a pressão dos interesses económicos e pela lógica da produção mediatizada de imagens, poderia desenvolver-se, à margem das operações oficiais, talvez mesmo em relação com elas, aquela «indústria do fictício» que grassou nos Estados Unidos (nos *marine worlds* e outros *animals parks*), e que Umberto Eco escarneceu no seu artigo «Ecologia 1984: e a Coca-Cola fez-se carne⁴¹». É possível ver as suas primícias tanto na reconstituição da paisagem dos pioneiros da América do Norte na Euro Disneylândia como na «floresta» transplantada para o claustro da Biblioteca de França.

Notemos por fim que, muitas vezes, esta protecção pontual de meios «notáveis» serve de alibi para fazer as maiores tropelias fora dos limites da reserva. Nem sequer é raro que ela seja concebida como uma medida compensatória, acompanhando um projecto de ordenamento lesivo da qualidade do meio ambiente ou contestado pelos ecologistas. Não seria judicioso ter em consideração a protecção de espécies e, portanto, de meios e paisagens em todo o território? Não para proibir ou entravar toda a valorização, todo o lazer, toda a caça,

mas para procurar os meios de conciliar estas actividades com a protecção da natureza antropizada que herdámos. Não só para não prejudicar, mas ainda mais (as experiências evocadas permitem esperá-lo) para tornar essa natureza mais diversa e mais acolhedora.

Tal é o sentido da directiva «Habitats» da Comunidade Europeia⁴². Esta obriga os Estados membros a fazerem os inventários necessários para estabelecer zonas de protecção, que constituirão uma «Rede ecológica europeia», baptizada «Natura 2000». Se os Estados membros são livres de escolher o método de protecção que lhes convém, a extensão das zonas estratégicas previstas é tal que lhes é vivamente aconselhado que procedam por meio de contratos com os camponeses, caçadores, pescadores e silvicultores. Por outro lado, no quadro da reforma da Política Agrícola Comum, foram instauradas medidas ditas «agro-ambientais» que prevêm uma remuneração aos agricultores que se comprometam a manter práticas – ou a adoptar técnicas e sistemas de produção – favoráveis à protecção da natureza ou à qualidade das águas. Se a directiva «Habitats» está provisoriamente congelada em França (mas não nos outros países europeus), as medidas agro-ambientais tiveram aí um êxito crescente. Não se trata de produzir menos, mas de produzir de outro modo. Esta iniciativa contratual (da qual evocámos um exemplo a propósito do ordenamento do Adour) leva a integrar a protecção da natureza nos objectivos dos produtores, isto é daqueles que ocupam o espaço e estão em condições de o manter. Leva por isso a proteger as paisagens.

Protecção das paisagens

A protecção das paisagens, em França, materializou-se e foi inscrita na lei muito antes da protecção da natureza. Em 1853, a administração florestal, sob a pressão dos pintores de Barbizon e seus amigos, institui em Fontainebleau a primeira

«série artística». Compromete-se a não fazer mais cortes. O final do século XIX assiste ao desenvolvimento de associações que militam pela protecção das paisagens: Touring Club de France, Club Alpin Français, Sociedade Imperial (e depois Nacional) de Aclimação⁴³, Sociedade de Protecção das Paisagens Francesas⁴⁴. Obtêm uma vitória em 1906, quando o Parlamento votou uma lei de «protecção dos monumentos naturais» que seria alargada, em 1930, à «classificação dos monumentos naturais e das paisagens de interesse pitoresco, artístico, histórico, lendário ou científico». Assiste-se finalmente, de há uma dezena de anos para cá, a um regresso em força do interesse pelas paisagens. Estrutura-se uma profissão de paisagista, com criação de cursos universitários⁴⁵, de diplomas de horticultores ou de arquitectos paisagistas. Uma lei «paisagem» é votada em 1993. A Direcção da Protecção da Natureza do Ministério do Ambiente é rebaptizada Direcção da Natureza e das Paisagens. Por fim, a protecção das paisagens é explicitamente inscrita nos objectivos das medidas agro-ambientais.

A paisagem – no sentido ecológico do termo – é uma estrutura espacial, que resulta da interacção entre processos naturais e actividades humanas. Sobre o fundo estável de uma arquitectura de conjunto (região de montanha, de planalto, de planície, de outeiros, de pântanos, de costas), a transformação dos modos de ocupação do solo e dos sistemas de valorização modifica a disposição dos habitats e das infra-estruturas, a divisão dos agro-sistemas, a fisionomia das florestas. As sociedades humanas moldam os seus territórios. Mas a vegetação tem igualmente uma dinâmica própria: não havendo valorização, associações vegetais diferentes sucedem-se no mesmo terreno. Contendo sempre os vestígios do passado, a paisagem, quer seja ordenada ou abandonada, transforma-se necessariamente. É assim que as séries artísticas de Fontainebleau são hoje povoamentos densos, atulhados de madeira morta, pouco hospitaleiros, em nada semelhantes às paisagens pintadas pelos artistas de Barbizon. Foi pois

necessário transformar essas «séries artísticas» em reservas biológicas.

Se a paisagem tem uma base objectiva, que o geógrafo ou o especialista de *landscape ecology* podem descrever, ela não é um lugar, mas um olhar sobre o meio. Proteger uma paisagem não é só proteger actividades que a evolução económica condenaria a transformarem-se ou a desaparecerem, é também satisfazer um olhar, proteger uma arte. Ora existem três grandes tipos de olhares, todos legítimos, mas que não conduzem às mesmas apreciações.

Os olhares estéticos, olhares formados: os que justificaram a classificação das paisagens. Esses olhares dependem das referências culturais. Quem se impregnou da pintura do *quattrocento* não vê a mesma paisagem, não aprecia as mesmas vistas que aquele cujo olhar se formou na contemplação do calendário dos correios. Poder-se-ia avançar que só as camadas mais cultas da sociedade adquiriram, na familiaridade das obras de arte, o saber-ver indispensável a um autêntico olhar paisagístico (olhar estetizante). Com referências culturais mais banais, as camadas populares lançariam sobre as paisagens rurais um olhar mais comum, menos atento à harmonia das formas. Esta distinção entre olhares elitários e olhares vulgares não opõe os rurais aos urbanos: atravessa tanto as sociedades rurais como as camadas urbanas. Mas notemos, a este respeito, que nunca houve compartimentos estanques entre o bom gosto e o gosto por aquilo que é comum.

Os olhares informados são aqueles que dependem de um saber. O agrónomo não vê a mesma paisagem que o ecólogo ou o geomorfólogo. O silvicultor não descodifica o que vê da mesma maneira que o militar. Todos estes especialistas interpretam as formas ou as cores de maneira específica e lançam, num certo sentido, um olhar profissional sobre a região. É assim que, a propósito de um estudo em que se pediu a uma amostra de rurais e de citadinos que classificassem pares de fotografias de pequenos bosques, os agentes do Gabinete Nacional das Florestas se distinguiam de todos os outros pelo

seu gosto exclusivo pelos faiais muito bem alinhados. É assim que os ecólogos, especialistas das zonas húmidas, se indignam em geral quando se refere alguma virtude, estética ou outra, das plantações de choupos.

Os olhares iniciados: os das pessoas que conhecem os lugares, os frequentam, aí desenvolvem os seus usos. São olhares endógenos. «Os olhares interiores aos territórios, escreve Pierre Donadieu, os dos grupos sociais que os produzem, os utilizam e na maior parte das vezes os habitam, são constitutivos da sua ligação e da sua memória (...) o esperado desses olhares não é o motivo do quadro de paisagem a admirar (...) mas a referência relativa à identidade de um território balizado de espaços familiares ou desconhecidos⁴⁶.» Esses olhares do caçador, do agricultor, do pescador, do familiar dos lugares, têm a ver com relações ao mesmo tempo práticas e sensíveis para com a região. Ao invés, os olhares exógenos (formados ou informados) vêem a região como um espectáculo e não são concernidos nem pela fertilidade das parcelas, nem pelo seu proprietário, nem mesmo pela caça que aí se procura.

Claro que os olhares evoluem, de modo que não se pode condensar uma paisagem sem correr o risco de desagradar aos que a contemplarão ou a frequentarão no futuro. Os olhares iniciados dependem da evolução das práticas, dos lazeres e dos costumes. Os olhares informados dependem da evolução das ciências: o especialista de *landscape ecology* vê algo diferente daquilo que o ecólogo odumiano distinguia, e bem se pode apostar que, com o desenvolvimento da ecologia florestal, os agentes do Gabinete Nacional das Florestas são mais sensíveis aos bosques de geometria não euclidiana do que o eram há vinte anos. Finalmente, o olhar estético transforma-se com a arte. É certo que a nossa percepção das paisagens deve estar na pintura do Renascimento e na construção-perspectiva. Mas a evolução ulterior da arte pictural, o abandono da perspectiva como único meio de representar a distância, o impressionismo, a desconstrução e reconstrução cubista, modificaram as

referências estéticas que condicionam a maneira como olhamos, interpretamos e apreciamos as paisagens. Já não se vê, depois de Cézanne, a montanha Sainte-Victoire como se fazia antes dele. Não conseguimos olhar para um campo de papoilas sem pensar em Monet, o céu de Honfleur sem Nicolas de Staël. Poderemos lançar o mesmo olhar sobre os silos de trigo, as fábricas e os depósitos, quando vimos e amámos as obras de Charles Sheeler e de Ralston Crawford? Quem sabe se a arte bruta não nos familiarizará com o heteróclito? Quem pode excluir que alterações que ainda hoje ofendem o nosso olhar não se tornarão um dia, aos olhos de alguns, composições admiráveis?

Estes três tipos de olhares cruzam-se, às vezes compatíveis, muitas outras incompatíveis. Existe um conflito de legitimidade entre eles. Um deles garante que as pessoas do lugar vivem nele e dele, são herdeiras das sociedades camponesas que moldaram essas paisagens, que são as únicas em condições de manter a região: o seu ponto de vista deve portanto ser privilegiado. Um outro verá, no arrasamento dos valados, um efeito desastroso sobre a fauna e a flora, tal como pode perturbar a circulação da água. Estimará que o interesse geral impõe que se evitem esses massacres. Um terceiro, finalmente, indignar-se-á devido ao atentado contra uma vista pintada por Pissarro, ou afligir-se-á ao constatar que as paisagens tão diversas dos campos franceses perdem a sua originalidade.

Regressamos assim a uma deliberação e a uma arbitragem política. Trata-se de saber que olhar privilegiar em qualquer negociação. Se se decidir privilegiar o do maior número (por preocupação democrática ou para satisfazer uma «procura social» susceptível de ser compensadora e de aceitar gastar alguma coisa para satisfazer a sua expectativa), ganham os olhares exógenos: privilegiar-se-á o olhar estético. Se se considerar, ao invés, que os que mantêm a paisagem e estão em condições de a transformar ou de a manter têm um direito superior aos outros, privilegiar-se-ão os olhares iniciados (e estéticos) endógenos, os dos agricultores, dos silvicultores e

dos caçadores. Se se decidir finalmente que o essencial é controlar as transformações da paisagem, prevê-las, e por isso ter em consideração o futuro da fauna e da flora, então procurar-se-á um compromisso entre os olhares profissionais (em especial os dos geógrafos, agrónomos, silvicultores e ecólogos) e os olhares iniciados (em particular os dos caçadores, pescadores e agricultores).

Conclusão

A protecção da natureza atenuou a separação entre produções humanas e natureza. Esta saiu insensivelmente do quadro da concepção moderna: foi necessário assumir o carácter híbrido dos meios, pensar a inserção do homem na natureza e a natureza em perpétua evolução. Mas mantinha-se uma distinção entre os espaços protegidos e aqueles onde podiam desenvolver-se as actividades normais. A protecção das paisagens manifesta o apagamento desta última fronteira. Tanto se protegem os «monumentos da natureza» como os edifícios ou as obras de arte. A paisagem faz com que se encontrem a natureza e a história, não só porque ela é produto da história comum de uma sociedade e do meio que habita, mas também porque a protecção das paisagens, a sua patrimonialização, tratam essa natureza antropisada como um objecto museográfico. Finalmente, para proteger paisagens há que multiplicar os pontos de vista, relativizá-los e apreender como as sociedades ordenam os seus territórios em função da sua própria representação; e como, reciprocamente, elas as interpretam (e as olham) em função da maneira como as organizam, as valorizam e nelas desenvolvem as suas práticas produtivas ou lúdicas.

Deixámos, em absoluto, de viver numa época moderna. Habitamos uma natureza já antropisada e deixaremos uma outra, mais ou menos habitável, aos que vierem depois de nós.

- 1 J.-J. Rousseau, *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade*, op. cit., nota iv, p. 198.
- 2 Sobre esta Restauração, cujo objectivo era lutar contra a erosão, ver capítulo v.
- 3 Ver capítulo iii.
- 4 R. Larrère, «A noção de clímax: modelo de uma natureza selvagem», in *Sauvage et Domestique. Études Rurales*, n.º 129/130, 1993, pp. 15-31.
- 5 Paul Duvignaud, *La Synthèse écologique*, Doin, 1981.
- 6 Robert H. May, *Stability and complexity in models of ecosystems*, Princeton University Press, 1976.
- 7 J. Lepart e J. Escarre apresentam diferentes modelos de sucessão. O mais simples, as matrizes de sucessão, só se preocupam com as árvores. – Cf. J. Lepart e J. Escarre, «A sucessão vegetal, mecanismos e modelos: análise bibliográfica», in *Bulletin écologique*, n.º 14, 1983.
- 8 Como acontece, segundo os trabalhos de May, com a dinâmica das populações quando a taxa de prolificidade é superior a 3. Estes trabalhos sobre o comportamento da equação não linear, que faz depender o efectivo de uma população no tempo t do do tempo $t + 1$, foram evocados no capítulo iii como um dos exemplos mais chocantes de produção de caos a partir de uma equação relativamente simples. Cf. R. H. May, «Simple mathematical models with very complicated dynamics», in *Nature*, 271, 1973.
- 9 Tocqueville, *De la démocratie en Amérique*, II, cap. xvii, GF-Flammarion, 1981, tomo 2, p. 94.

- 10 R. Nash, *Wilderness and the American Mind*, 3.ª ed., Yale University Press, 1982.
- 11 Perpetuavam assim a concepção puritana inglesa de uma *wilderness*, símbolo das forças do mal, de uma licença pagã que era preciso dominar. – Keith Thomas, *Dans le jardin de la nature*, Gallimard, 1985.
- 12 Silvicultor de condição, G. Pinchot foi formado nas escolas florestais europeias e indignava-se contra a exploração mineira que os seus compatriotas faziam das florestas.
- 13 É uma lei-quadro que fixa, a nível nacional, as regras da protecção da natureza. Os preservacionistas participaram na sua elaboração e na sua redacção e, claro está, julgaram-na aquém das suas aspirações.
- 14 Citado por R. Nash, *Wilderness and the American Mind*, op. cit., p. 5.
- 15 Holmes Rolston, III, «The wilderness idea reaffirmed», *The Environmental Professional*, vol. 13.
- 16 Ver, sobre esta questão, C. Larrère, *As Filosofias do Meio Ambiente*, op. cit., cap. 1.
- 17 Holmes Rolston, III, «The wilderness idea reaffirmed», *The Environmental Professional*, op. cit., p. 376.
- 18 Por exemplo: da Índia, com o artigo de Ramachanda Guha, «Radical american environmentalism and wilderness preservation: A third world critique», *Environmental Ethics*, 11 (1989); do México, «Taming the wilderness myth», de Arturo Gómez-Pompa e Andrea Kaus, *Bioscience*, vol. 42, n.º 4 (1992).
- 19 Em «The pristine myth: the landscape of the America in 1492», *Annals of the association of american geographers*, 82 (3), 1992, pp. 369-385. William M. Denevan critica a ideia de uma natureza virgem, e primitiva, à chegada dos Europeus à América.
- 20 Este aspecto é bem analisado pelo biólogo Reed F. Noss no seu artigo «Sustainability and wilderness», *Conservation biology*, vol. 5, n.º 1, 1991.
- 21 A problemática da biodiversidade será analisada no capítulo vii.
- 22 Cf. J. Baird Vallicott, *Earth's Insights – A survey of ecological ethics from the Mediterranean Basin to the Australian Outback*, University of California Press, 1994.
- 23 K. H. Redford, *The Ecological Noble Savage*, Orion Summer, 1990.
- 24 J. A. Mac Neely & W. Keeton, «The Interaction between Biological and Cultural Diversity», in B. von Droste, H. Plachter & M. Rösler, *Cultural Landscape of Universal Value*, UNESCO, 1995.
- 25 As variedades aparentadas com as plantas cultivadas poderiam ser utilizadas para melhorar as performances (resistência às doenças, rusticidade, aptidão para se adaptar às secas) dos cultivos, tanto mais que as

- manipulações genéticas permitem transferir genes de uma espécie para outra.
- 26 A esperança é encontrar predadores eficientes de espécies causadoras de danos às colheitas. Criar estes predadores permitiria lutar contra as pragas sem usar produtos químicos susceptíveis de terem efeitos não controláveis sobre o conjunto da fauna ou de se concentrarem ao longo das cadeias tróficas, a ponto de representarem um perigo para a saúde pública.
 - 27 Bryan Norton, *Toward Unity Among Environmentalists*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1991.
 28. Para a crítica desta construção, ver C. Larrère, *As Filosofias do Meio Ambiente*, op. cit.
 - 29 R. May, «O inventário das espécies vivas», in *Pour la science*, n.º 182, 1992.
 - 30 Uma outra bizarria desta lei é o facto de instaurar uma lista nacional (a interdição incide sobre o conjunto do território nacional, incluindo as DOM e as TOM) e listas regionais (aqui a proibição incide tão só sobre a região, o DOM e o TOM considerados). Chega-se então a situações rocambolescas. Por exemplo, o nardo (*nardus stricta*) característico dos percursos vulcânicos sujeitos a uma carga demasiado elevada de ovinos, e que os criadores da Auvergne procuram limitar nas pastagens que ele invadiu, é protegido na Picardia, onde ele desaparece justamente porque já não há rebanhos. Pergunta-se assim o que significa a protecção do nardo contra qualquer tipo de colheita: ele é de tal modo mau que nem os ovinos o querem. Outro exemplo: uma determinada espécie é protegida na Auvergne, mas não em Rhône-Alpes ou na Bretanha. Uma florista que venda um ramo dessa espécie só é passível de multa se ela vier da Auvergne. Como não há marca de origem controlada para as plantas selvagens, não existe nenhum meio de identificar a sua proveniência.
 - 31 Foi deste modo que um projecto do Club Méditerranée foi travado. Tratava-se da valorização turística de uma enseada. Uma instalação destruía uma das últimas reservas francesas de uma planta muito rara. Confrontado com a possibilidade de lhe ser proibida a construção prevista, o Club propôs a deslocação da terra e das plantas para outro lugar. O CNPN foi intratável, sem dúvida menos pelas plantas do que para pôr um limite à privatização do litoral.
 - 32 B. Lizet, «Os roedores arcaicos da engenharia ecológica», in *A Crise Ambiental*, op. cit.
 - 33 B. Lizet, *ibid.*
 - 34 Trata-se de reconstituir a flora a partir dos pólenes encontrados nas camadas profundas de turfa.
 - 35 Sumo de uva verde, ligeiramente fermentado e acidulado. É pouco provável que se possa produzir regularmente vinho nas colinas à volta de Rouen.
 - 36 Em 1986, uma contagem em 31 sítios recenseava 2600 patos e galinhas. Em 1996, atingiu-se um efectivo de 16 200 em 37 sítios.
 - 37 Comunicação pessoal (H. Sallenave, presidente da Federação dos Caçadores).
 - 38 R. Larrère, «A arte de produzir a natureza: uma lição de Rousseau», in *Le Courrier de l'environnement de l'INRA*, n.º 22, 1994.
 - 39 Ver o capítulo II deste livro.
 - 40 Havia, por exemplo, entre 500 e 600 visitantes da reserva natural da Dune Marchand, nos belos dias de Verão, em 1978, quatro anos após a sua classificação. Em 1992, é preciso receber, nos dias de ponta, até 25 000 pessoas!
 - 41 Umberto Eco, *La Guerre du faux*, Grasset, 1986.
 - 42 Saída da Convenção de Berna (Setembro de 1979), esta directiva de 21 de Maio de 1992 prolonga uma disposição relativa às aves, entrada em vigor no ano de 1981.
 - 43 De que resultará o nascimento da Sociedade Nacional de Protecção da Natureza.
 - 44 Sob a direcção de Sully Prudhomme.
 - 45 Após a Escola Nacional da Paisagem, que substituiu a Escola Nacional de Horticultura de Versalhes, algumas escolas de arquitectura desenvolveram especialidades de paisagista (Bordéus, Toulouse, por exemplo). Existe um DEA especializado, associando a EHESS à Escola de Arquitectura de Paris-La Villette.
 - 46 Pierre Donadieu, «Para uma conservação inventiva das paisagens», in *Cinq Propositions pour une théorie du paysage*, A. Berque ed., Champ-Vallon, 1994, pp. 51-80.